

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

PROJETO NOMES  
GEOGRÁFICOS  
do Estado do Paraná

**PNGPR**

“Toponímia *passo a passo*”





**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL**  
**COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG**

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMA**  
**INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS – ITC**

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE**

**PROJETO**  
**NOMES GEOGRÁFICOS DO ESTADO DO PARANÁ**  
**“Toponímia *passo a passo*”**

**Dezembro, 2008**

## **GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

Roberto Requião de Mello e Silva - *Governador*

## **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL**

Ênio José Verri – *Secretário*

José Augusto Zaniratti – *Diretor Geral*

Moises Francisco Farah Jr – *Coordenador da CDG*

## **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA**

Rasca Rodrigues – *Secretário*

Allan Jones – *Diretor Geral*

## **INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS - ITC**

José Antonio Peres Gediel – *Diretor Presidente*

Oduvaldo Bessa – *Diretor de Geociências*

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE**

Eduardo Pereira Nunes – *Presidente*

Luiz Paulo Souto Fortes – *Diretor da DGC*

Moema José Augusto Carvalho – *Coordenadora da CCAR*

Cláudio João Barreto dos Santos – *Gerente do Centro de Referência de Nomes Geográficos*

Maurício Batista – *Chefe da UESC*

Paulo Roberto Guimarães Leal – *Gerente da UESC/GGC*

## **Equipe técnica**

**SEPL/CDG** - Geógrafa Izabella Maria Swierczynski / *Técnica de Projetos*

**SEMA/ITC** – Eng<sup>a</sup> Cartógrafa Gislene Lessa

**IBGE** – Eng<sup>o</sup> Cartógrafo Cláudio João Barreto dos Santos / *Gerente do Centro de Referência de Nomes Geográficos*

**IBGE** – Eng<sup>o</sup> Cartógrafo Paulo Roberto Guimarães Leal / *Gerente da UESC/GGC*

## **Assessoramento Técnico**

**SEPL/CDG** - Eng<sup>o</sup> Agrônomo Waldir Pan / *Assessor da CDG*

## **Colaboração**

Eng<sup>o</sup> Civil José Rubel/ITCG - contribuições para a proposta técnica

Secretária Alaíde A. Rigamonti/SEPL-CDG – formatação do texto

Jornalista Júlio César Rodrigues/SEPL-CDG - revisão do texto

Arquiteta Kátia Koti/Ecoparaná - arte capa

**Agradecimentos especiais aos que acreditaram, incentivaram e  
contribuíram, direta ou indiretamente, com a proposta do Projeto Nomes  
Geográficos do Estado do Estado Paraná "Toponímia *passo a passo*":**

Ana Bustamante  
Antonio Carlos Lugnani  
Ary Marques  
Cláudio João Barreto dos Santos  
Deborah Ribeiro Carvalho  
Eduardo Pereira Nunes  
Eduardo Salamuni  
Ênio José Verri  
Erich Schaitza  
Gislene Iessa  
Graciosa Rainha Pereira  
Hélio Dutra de Souza  
Henrique Schmidlin  
Integrantes da CTCG  
Izabella Maria Swierczynski  
Izaías Alves Pereira  
José Antonio Peres Gediel  
José Augusto Zaniratti  
José Rubel  
Márcia Mathias  
Maria Vicentina do Amaral Dick  
Mauro de Salles Villar  
Milton Satoshi Matsushita  
Moema José Augusto Carvalho  
Moisés Francisco Farah Jr  
Nestor Bragagnolo  
Orlando Pessutti  
Oromar João Bertol  
Paulo Roberto Guimarães Leal  
Rasca Rodrigues  
Raul Friedmann  
Roberto Requião de Mello e Silva  
Vânia Nagem  
Vera Maria Haj Mussi Augusto  
Virgínia Thereza Nalini  
Waldir Pan

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	07
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	08
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	09
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	10
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1 RESUMO HISTÓRICO DA CARTOGRAFIA NO PARANÁ.....	12
1.2 CONCEITO E IMPORTÂNCIA DA TOPONÍMIA.....	15
1.3 A TOPONÍMIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....	18
1.4 A TOPONÍMIA NO CENÁRIO NACIONAL.....	18
1.5 A TOPONÍMIA NO CENÁRIO ESTADUAL.....	21
1.5.1 A Aplicação da Toponímia no Paraná a Partir de Abordagens Práticas.....	23
1.5.2 Relatos de Casos.....	27
<b>2 PREMISSAS DO PROJETO</b> .....	33
<b>3 O PROJETO</b> .....	33
3.1 OBJETIVO DO PROJETO.....	34
3.1.1 Objetivos Específicos.....	34
3.2 ETAPAS DO PROJETO.....	35
3.3 METAS DO PROJETO.....	36
3.4 PRAZO DE IMPLANTAÇÃO.....	36
3.5 CUSTOS DO PROJETO.....	37
3.5.1 Projeto Piloto.....	37
3.5.2 Projeto Global.....	38
3.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PROJETO GLOBAL.....	38
3.7 PROGRAMAS E AÇÕES RELACIONADAS AO PROJETO.....	40
3.7.1 Projeto Nomes Geográficos do Brasil – PNGB.....	40
3.7.2 Programa de Gestão Ambiental Integrada de Microbacias – PGAIM.....	42
3.7.3 Mapeamento do Estado do Paraná na escala 1:50.000.....	43
3.7.4 Outros Projetos, Programas e Ações.....	43
3.8 PRINCIPAIS PRODUTOS PREVISTOS NO PNGPR.....	44

<b>4 O PROJETO PILOTO</b> .....	45
4.1 OS MODELOS DE LEVANTAMENTO PREVISTOS NO PROJETO PILOTO.....	45
4.2 UNIDADES GEOGRÁFICAS DE TRABALHO DO PROJETO PILOTO.....	46
4.2.1 A Unidade de trabalho – Folhas Topográficas.....	46
4.2.2 A unidade de trabalho – Microbacia Hidrográfica.....	47
4.3 CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DAS ÁREAS DO PROJETO PILOTO.....	49
4.3.1 Seleção das Folhas Topográficas/ Projeto Piloto - Unidade de trabalho 1.....	49
4.3.2 Seleção da Microbacia / Projeto Piloto - Unidade de trabalho 2.....	50
4.4 AÇÕES E ATIVIDADES DO PROJETO PILOTO.....	50
4.4.1 Ação A – Análise comparativa e diagnóstico toponímico das bases cartográficas – pré-reambulação.....	50
4.4.2 Ação B – Reuniões periódicas.....	51
4.4.3 Ação C – Capacitação dos executores e agentes de cooperação.....	51
4.4.4 Ação D – Reambulação.....	52
4.4.5 Ação E – Modelagem para o registro toponímico.....	52
4.4.6 Ação F – Aspectos conclusivos do projeto piloto e encaminhamentos da proposta do Projeto Global.....	52
4.4.7 Ação G – Reuniões com potenciais parceiros de interesse no aspecto geocartográfico.....	53
4.4.8 Ação H – Capacitação de novos agentes de cooperação, potenciais parceiros, considerando resultados do item F.....	53
4.5 MEIOS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PILOTO.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
SITES CONSULTADOS.....	56
<b>ANEXO 1 ASPECTOS INSTITUCIONAIS QUE REFERENCIAM A PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO TRABALHO</b> .....	57
<b>ANEXO 2 EXECUTORES, ATORES, COLABORADORES E BENEFICIÁRIOS DO PROJETO</b> .....	59
<b>ANEXO 3 ANÁLISE COMPARATIVA PRELIMINAR DAS FEIÇÕES CARTOGRÁFICAS NA CARTA CAMPO LARGO - MI-2841-4</b> .....	60

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABL</b>	– Academia Brasileira de Letras
<b>ATESP</b>	– Atlas Toponímico do Estado de São Paulo
<b>bCIMd</b>	– Base Cartográfica Vetorial Contínua ao Milionésimo
<b>BNGB</b>	– Banco de Nomes Geográficos do Brasil
<b>BNGPR</b>	– Banco de Nomes Geográficos do Paraná
<b>CCAR</b>	– Coordenação de Cartografia do IBGE
<b>CCEP</b>	– Conselho de Cartografia do Estado do Paraná
<b>CDBI</b>	– Centro de Documentação e Disseminação da Informação do IBGE
<b>CDG</b>	– Coordenação de Desenvolvimento Governamental
<b>CNPq</b>	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CONCAR</b>	– Comissão Nacional de Cartografia
<b>COPEL</b>	– Companhia Paranaense de Energia
<b>CTCG</b>	– Câmara Técnica de Cartografia e Geoprocessamento
<b>DGC</b>	– Diretoria de Geociências do IBGE
<b>DGTC</b>	– Departamento de Geografia, Terras e Colonização
<b>DSG</b>	– Diretoria de Serviço Geográfico do Exército
<b>Emater</b>	– Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>FAPESP</b>	– Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
<b>FPCI</b>	– Fundação Paranaense de Colonização e Imigração
<b>FPM</b>	– Fundo de Participação dos Municípios
<b>GGC</b>	– Gerência de Geodésia do IBGE de Santa Catarina/Regional Sul
<b>GPNUNG</b>	– Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos
<b>IAH</b>	– Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia
<b>IBGE</b>	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICA</b>	– International Cartographic Association
<b>INDE</b>	– Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
<b>INPI</b>	– Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
<b>IPGH</b>	– Instituto Panamericano de Geografia e História
<b>ITAIPU</b>	– Itaipu Binacional
<b>ITC</b>	– Instituto de Terras e Cartografia
<b>ITC</b>	– Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
<b>ITCF</b>	– Instituto de Terras, Cartografia e Florestas
<b>MINEROPAR</b>	– Minerais do Paraná SA
<b>MND</b>	– Mapoteca Nacional Digital
<b>NG</b>	– Nomes Geográficos
<b>ONU</b>	– Organização das Nações Unidas
<b>PGAÍ</b>	– Programa de Gestão Ambiental Integrada de Microbacias
<b>PIGN</b>	– Projeto de Infra-estrutura Geoespacial Nacional
<b>PNGB</b>	– Projeto Nomes Geográficos do Brasil
<b>PNGPR</b>	– Projeto de Nomes Geográficos do Estado do Paraná “Toponímia passo a passo”
<b>SANEPAR</b>	– Companhia de Saneamento do Estado do Paraná
<b>SBC</b>	– Sociedade Brasileira de Cartografia
<b>SCN</b>	– Sistema Cartográfico Nacional
<b>SEAB</b>	– Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento
<b>SEDU</b>	– Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná
<b>SEEC-MT</b>	– Secretaria da Cultura do Estado do Mato Grosso
<b>SEEC-PR</b>	– Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Paraná
<b>SEMA</b>	– Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná
<b>SEPL</b>	– Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná
<b>SETR</b>	– Secretaria de Estado dos Transportes do Estado do Paraná
<b>UEFC</b>	– Unidade Estadual do IBGE de Santa Catarina
<b>UFPR</b>	– Universidade Federal do Paraná
<b>UNGEGN</b>	– Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos
<b>URP</b>	– Unidade Responsável pelo Projeto
<b>USP</b>	– Universidade de São Paulo
<b>UTFPR</b>	– Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	– DIAGRAMA – CENTRO DE REFERÊNCIA DO IBGE E SUAS ARTICULAÇÕES.....	19
<b>FIGURA 2</b>	– FOLHA TOPOGRÁFICA MORRETES ILUSTRANDO OS CURSOS D'ÁGUA COM E SEM DENOMINAÇÃO.....	24
<b>FIGURA 3</b>	– RECORTE DA FOLHA TOPOGRÁFICA 1:25.000 MI-2843-3 SO, FONTE DSG.....	28
<b>FIGURA 4</b>	– RECORTE DA FOLHA TOPOGRÁFICA 1:50.000-2843-3, FONTE IBGE.....	28
<b>FIGURA 5</b>	– MAPA MUNICIPAL DE PIRAÍ DO SUL 1947-1943, ESCALA 1:250.000 ..	30
<b>FIGURA 6</b>	– DETALHE DO MAPA MUNICIPAL DE PIRAÍ DO SUL.....	30
<b>FIGURA 7</b>	– RECORTE DE FOLHA TOPOGRÁFICA MI-2807, ANO 1966, DSG.....	30
<b>FIGURA 8</b>	– VERDADEIRA DIVISA ENTRE VENTANIA E PIRAÍ DO SUL.....	31
<b>FIGURA 9</b>	– FOLHA TOPOGRÁFICA 1:100.000 MI-2755 FONTE DSG.....	32
<b>FIGURA 10</b>	– FOLHA TOPOGRÁFICA 1:100.000 MI-2781 FONTE DSG.....	32
<b>FIGURA 11</b>	– ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PROJETO NOMES GEOGRÁFICOS “Toponímia <i>passo a passo</i> ”.....	40
<b>FIGURA 12</b>	– ARTICULAÇÃO DAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS NA ESCALA 1:50.000 E DIVISÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.....	46
<b>FIGURA 13</b>	– MAPA DAS GRANDES BACIAS HIDROGRÁFICAS E DIVISÃO MUNICIPAL DO ESTADO DO PARANÁ .....	48
<b>FIGURA 14</b>	– MAPA DO PARANÁ - ARTICULAÇÃO DAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS NA ESCALA 1:50.000 COM A DIVISÃO MUNICIPAL E AS BACIAS HIDROGRÁFICAS A SEREM TRABALHADAS INICIALMENTE PELO PGAI.....	48
<b>FIGURA 15</b>	– LOCALIZA AS DUAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS A SEREM TRABALHADAS: MI 2840-2 e MI 2840-4.....	49

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>	– PRINCIPAIS ÁREAS MAPEADAS, ESCALA UTILIZADA, ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS, PROJETOS SETORIAIS FINANCIADORES E ANO DE EXECUÇÃO.....	14
<b>QUADRO 2</b>	– ALTERAÇÕES DE NOMES DE MUNICÍPIOS NO PARANÁ ENTRE 1988 E 1992.....	26
<b>QUADRO 3</b>	– VALORES PREVISTOS NO PROJETO PILOTO PARA CUSTEIO DE DIÁRIAS, DESLOCAMENTOS, MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS.....	37
<b>QUADRO 4</b>	– RESUMO CRONOLÓGICO DAS AÇÕES DO PROJETO PILOTO.....	53
<b>QUADRO 5</b>	– MATERIAIS/INFORMAÇÕES, QUANTIDADES, DISPONIBILIDADE E FONTES DE FORNECIMENTO.....	54

## APRESENTAÇÃO

O presente documento contempla a proposta de trabalho denominada “Projeto Nomes Geográficos do Estado do Paraná – PNGPR”. Mais propriamente, trata da revisão e inserção dos nomes próprios de acidentes geográficos naturais, culturais e antrópicos constantes, ou não, no mapeamento do Estado do Paraná, com vistas à promoção da padronização dos registros geográficos e à recuperação e valorização das características sócio-histórico-culturais e físico-geográficas representadas em documentos cartográficos em escalas diversas.

Instrumentalizar os tomadores de decisão e os agentes técnicos com qualidade, ou seja, informações geográficas confiáveis, atualizadas, padronizadas e precisas para o planejamento e a execução de projetos, será o resultado mais significativo a ser alcançado com a implantação do projeto. No entanto, os produtos obtidos com a sua implantação não se restringem apenas ao planejamento e ao suporte técnico, mas também na efetiva aplicação quanto à resolução de litígios fundiários e territoriais e na outorga de recursos hídricos, que por si só, justificariam a iniciativa.

Diante do seu caráter inovador, a equipe de desenvolvimento do projeto ajustou com a direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, órgão federal participante do trabalho e diretamente interessado nos seus resultados, que as ações deverão ser implementadas em duas etapas. A primeira, devidamente detalhada neste documento, define a realização de um projeto piloto. A segunda, utilizando-se dos dados e modelos levantados na primeira etapa, prevê a extensão do trabalho para toda a área do território paranaense.

No projeto piloto deverão ser testadas, para posterior avaliação, duas modalidades diferentes de intervenção. A primeira terá como espaço de trabalho a área contida em duas folhas topográficas na escala 1:50.000, que corresponde a aproximadamente 140.000 ha, e a segunda, estará circunscrita a área de uma microbacia hidrográfica de aproximadamente 10.000 ha, conforme definida no Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI).

O projeto piloto permitirá, através de métodos comparativos e de trabalho em campo, definir normas e procedimentos, estimar os custos de implantação do trabalho para a segunda etapa, bem como, projetar a viabilidade e a adequação da participação dos técnicos pertencentes às instituições colaboradoras: Secretaria de Planejamento e

Coordenação Geral - SEPL, Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITC, Instituto Emater Paraná e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

É importante lembrar que a proposta está consubstanciada nas atribuições regimentais das instituições proponentes no que se refere à formulação e execução da política cartográfica estadual e no estabelecimento das diretrizes básicas para seu desenvolvimento.

Referenciando a competência do Conselho de Cartografia do Estado do Paraná no estabelecimento da política cartográfica estadual, no que concerne às suas atribuições para a compatibilização e definição das prioridades dos projetos, e do ITC, instituto responsável pelo desenvolvimento das geociências, com a proposta ora apresentada, a equipe de desenvolvimento do projeto vem submeter à consideração e aprovação das direções superiores da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA e do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITC a proposta de desenvolvimento do Projeto Nomes Geográficos do Estado do Paraná – PNGPR.

<b>IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>	
1. Nome do projeto:  Projeto de Nomes Geográficos do Estado do Paraná "Toponímia passo a passo"	2. Agência de implementação: Governo do Estado do Paraná; Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL; Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITC Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
3. Área de abrangência do projeto:  1ª Etapa - Projeto Piloto: - Folhas topográficas: 140.000 hectares - Bacia hidrográfica PGAI: 10.000 hectares  2ª Etapa – Território paranaense: área: 199.880,2 km²	4. Pilar focal: - Desenvolvimento de bases cartográficas confiáveis para o planejamento, implementação, e gestão de políticas públicas.
5. Unidades geográficas operacionais do projeto:  1ª Etapa – uma bacia hidrografia selecionada pelo PGAI e Municípios abrangidos nas duas folhas Topográficas selecionadas.  2ª Etapa – 399 municípios do Território paranaense, ou 327 folhas topográficas na escala 1:50.000.	6. Valores do Projeto  1ª Etapa - Projeto Piloto: o trabalho se valerá dos recursos orçamentários de custeio do ITC e da SEPL e do apoio do Programa de Gestão Ambiental Integrada e, adicionalmente, de parcerias a serem estabelecidas com o Governo Federal e outros Organismos de Cooperação.  2ª Etapa – Projeto Global: o valor necessário para a implementação do projeto global será identificado a partir dos resultados obtidos no projeto piloto, e os recursos advirão da composição de várias fontes, notadamente do Governo Federal e das contrapartidas estaduais.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 RESUMO HISTÓRICO DA CARTOGRAFIA NO PARANÁ

A atividade de Cartografia está inserida no setor público do Estado do Paraná desde o final do século XIX, com o advento da Lei Nº 68 de 20 de dezembro de 1892. A partir de então, por definições de ordens administrativas e políticas, diversos agentes governamentais se sucederam na responsabilidade pela condução dos trabalhos. Para uma melhor compreensão dessas alternâncias apresenta-se na seqüência a cronologia e a relação desses agentes:

- Secretaria de Estado de Negócios, Obras Públicas e Colonização (1894)
- Departamento de Terras e Colonização do Estado (1928)
- Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC (1942)
- Fundação Paranaense de Colonização e Imigração – FPCI (1947)
- Fundação Instituto de Terras e Cartografia – ITC (1972)
- Instituto de Terras, Cartografia e Florestas – ITCF (1985)
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA (1992)
- Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITC (2005)

Nesse mais de um século de atividades, essas instituições elaboraram os mapas políticos administrativos estaduais em publicação plurianuais até 1990, confeccionaram os mapas municipais, definiram e revisaram as divisas municipais, estabeleceram parcerias com órgãos federais para a promoção do mapeamento sistemático, implantaram a segunda Rede Estadual Geodésica de Alta Precisão no Brasil em 1996 e sua densificação em 2007, e realizaram os recobrimentos aerofotogramétricos de todo o Estado nos anos de 1953, 1962 e 1980, sendo este, o último investimento de porte do então ITC, na área cartográfica.

Nos anos 90, tornou-se crescente a discussão da questão ambiental. Em 1992 a SEMA foi instituída e o ITCF extinto. Embora o tema Cartografia fizesse parte de suas atribuições regulamentares, o foco maior da organização era a crescente demanda de

políticas ambientais, passando por definição, a Cartografia ser tratada como mais um instrumento da política ambiental. De fato, a Cartografia foi entendida como mais um meio de viabilização das questões ambientais e não como um instrumento de política institucional como a importância requeria. Essa condição resultou na perda da visão estratégica da utilização da Cartografia como elemento norteador fundamental de suporte para o desenvolvimento e gestão das políticas públicas dos gestores setoriais. Contraditoriamente, ou não, uma vez que o fato não deixa de ser um indicativo da cobrança de outros setores, remonta a essa década, a criação do Conselho de Cartografia do Estado do Paraná - CCEP, no âmbito da Secretaria da Agricultura.

Em 13/02/1996, diante da transversalidade de suas ações, o CCEP passa a integrar a estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, permanecendo, no entanto, a Câmara Técnica de Cartografia e Geoprocessamento - CTCG vinculada ao Sistema Estadual de Informática e Informações, até o ano de 2004 quando passou a integrar à estrutura do CCEP.

A pouca dimensão da importância da área constata-se também no nível Federal, onde o IBGE e a Diretoria de Serviço Geográfico - DSG, responsáveis pelo mapeamento topográfico sistemático nas escalas de 1:250.000, 1:100.000, 1:50.000 e 1:25.000, travam uma luta orçamentária, a cada exercício, para a obtenção de recursos objetivando alcançar um mapeamento atualizado condizente com a dimensão continental de nosso país. Assim, a Cartografia oficial produzida pelos órgãos federais está consideravelmente defasada no seu aspecto temporal e de escalas. Já o Paraná, mesmo com todas as dificuldades logrou alcançar alguns avanços, a exemplo da confecção de folhas topográficas nas escalas 1:250.000, 1:100.000, 1:50.000 e 1:25.000 produzidas entre os anos de 1950 e 2000.

De volta ao nosso histórico é importante registrar que nos últimos 15 anos a atuação do IBGE e da DSG no Estado do Paraná esteve direcionada ao atendimento da demanda de dois setores, o energético e o ambiental, representados pela Copel e pela SEMA respectivamente. As bases produzidas para a Copel abrangeram todo o Estado na escala 1:50.000, e para a SEMA, foram direcionadas para a área de interesse do Programa de Proteção da Floresta Atlântica na escala 1:25.000.

Verifica-se no Quadro 1, que os investimentos mais relevantes realizados na área de Cartografia em nosso Estado, ocorreram associados a projetos setoriais.

**QUADRO 1 – PRINCIPAIS ÁREAS MAPEADAS, ESCALA UTILIZADA, ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS, PROJETOS SETORIAIS FINANCIADORES E ANO DE EXECUÇÃO.<sup>1</sup>**

ÁREAS MAPEADAS	ESCALA	RESPONSÁVEL	PROJETOS SETORIAIS	ANO/ PERÍODO
Bacia do Alto Iguaçu	1:10.000	Suderhsa	PROSAM	2000
Mapeamento do Estado	1:50.000	SEDU/Paranacidade	PEDU/Planos Diretores	2005
Mapeamentos urbanos	1:2.000	Copel/Paranacidade	Gestão das concessionárias de energia e do planejamento urbano	1980- 2008

Observa-se que no Paraná os diferentes estágios de avanço da Cartografia no setor governamental podem ser atribuídos à característica institucional dos agentes a qual lhes permitia empreender uma maior ou menor velocidade nos trabalhos face à sua dependência da informação e sua capacidade financeira e operacional.

As diversas iniciativas de mapeamento, deflagradas de forma seqüencial, ou até paralela, por diversas instituições dos governos, federal e estadual, e da própria iniciativa privada, redundaram em informações que, embora tenham contribuído para o desenvolvimento da área, trouxeram consigo contradições e dificuldades, notadamente quando se trata do planejamento de trabalhos que apresentam importantes transversalidades.

Pode-se afirmar que até o momento todos os esforços para centralizar as informações e registros geográficos e cartográficos gerados no Estado resultaram infrutíferos. Resta, portanto, a necessidade da concentração de um grande esforço por parte do Conselho de Cartografia do Estado do Paraná, contando com o suporte técnico do ITC, para retomar essa ação considerada por todos como fundamental para o planejamento e gestão das políticas governamentais.

Tal qual a necessidade de gerenciamento dos registros geo-cartográficos, o Estado deverá iniciar de pronto, ações voltadas revisão, atualização e complementação dos dados toponímicos em suas folhas topográficas nas escalas diversas de mapeamento, uma vez que existe uma lacuna até então pouco identificada, mas

---

<sup>1</sup> Inventário Cartográfico da Câmara Técnica de Cartografia e Geoprocessamento – CTCG  
<http://webgeo.pr.gov.br/inventario/pesqpro.asp>

responsável por vários equívocos de planejamento e gestão que requerem uma pesquisa mais acurada.

## 1.2 CONCEITO E IMPORTÂNCIA DA TOPONÍMIA

Tradicionalmente a arte de nomear pessoas, lugares, ou acidentes geográficos é evidenciada pela simples necessidade de reconhecimento, identificação e localização geográfica. Observando um mapa é possível verificar tanto pelas convenções cartográficas como pela simbologia que rios, montanhas, lagos, cidades, localidades, dentre tantos outros acidentes geográficos, naturais, culturais e antrópicos, têm uma identificação, um nome pelo qual é conhecido e se torna uma referência geográfica no campo econômico e sócio-ambiental.

A Toponímia, do grego *topos*=lugar e *onyma* = nomes, um dos ramos da onomástica que trata dos nomes próprios de acidentes geográficos naturais, culturais e antrópicos, propicia recuperar características sócio-histórico-culturais e físico-geográficas as quais são representadas em documentos cartográficos em escalas diversas.

Cumpre também a função de identificar extratos linguísticos de grupos étnicos, assumindo valores que transcendem a função apenas identificadora.

Em termos conceituais, vale refletir com mais minúcia sobre uma outra terminologia que abrange o estudo da nomenclatura geográfica. Refere-se ao termo Geonímia que, segundo (HOUAISS, 1983), conceitua-se da seguinte forma:

*“Por geonímia ou nomenclatura geográfica entendem-se, assim, os nomes próprios dos lugares e acidentes geográficos, também tradicionalmente ditos toponímia e topônimos, respectivamente”.*

Assim, a importância da toponímia, na aplicação teórica e prática nos diversos segmentos da atividade humana está relacionada aos seguintes aspectos:

a) importância cartográfica: os mapas, frutos da atividade cartográfica, possuem como os homens, um corpo e um espírito. O corpo corresponde à representação do território e o espírito, à da sua nomenclatura geográfica. Em uma equipe de Cartografia, é fundamental a presença de um pesquisador em toponímia com formação sólida, pois um erro na nomenclatura de um mapa pode trazer graves consequências para seus usuários;

- b) importância jurídica: ressalte-se que a imprecisão de nomes geográficos em propriedades públicas e privadas pode levar a sérios problemas de ordem legal. Se os limites de uma propriedade não estiverem sustentados por uma base toponímica clara e firme, ela se encontra em situação de problema de difícil solução;
- c) importância político-administrativa: a toponímia é também de suma importância para as atividades político-administrativas, uma vez que permite fixar as referências dos limites de um município, distrito, Estado e até limites internacionais. A política cadastral de arrecadação de impostos fundamenta-se em referências toponímicas, já que os topônimos permitem situar as propriedades públicas e privadas, diferenciá-las e demarcá-las com precisão. Um descuido na correta escritura de sua localização pode ocasionar sério inconveniente para o cadastro nacional;
- d) importância geográfica: por meio dos topônimos, identificam-se acidentes naturais e culturais, pois os geógrafos necessitam conhecer em detalhes a geografia física, a geografia humana, a geografia regional e urbana. Os topônimos são vitais para a área espacial por relacionarem o homem ao ambiente. Assim, para a geografia, eles constituem pontos de partida para numerosas investigações;
- e) importância histórica: um topônimo é um dado histórico por meio do qual um historiador pode reconstruir a cultura de um povo: sua economia, seus movimentos migratórios, aspectos linguísticos e aspectos da vida social e espiritual das pessoas que habitam ou habitaram uma região. A toponímia indígena, numa zona onde esses grupos têm desaparecido, permite, conjuntamente com os restos arqueológicos, abordar estudos para o conhecimento histórico de antigos habitantes de uma área geográfica;
- f) importância folclórica: várias são as influências toponímicas feitas pelos povos em suas manifestações folclóricas. Os topônimos aparecem em inúmeras produções literárias e expressões culturais (nomes de acidentes geográficos, Estados e cidades fazem-se presentes em músicas e poemas);
- g) importância linguística: um dos principais fundamentos da toponímia está ligado à explicação etimológica dos topônimos e nesse sentido está intimamente ligada à Linguística. De fato, a toponímia é um fenômeno linguístico aplicado aos fenômenos geográficos. O homem, pela sua fala, designa e diferencia cada um dos fenômenos

geográficos e culturais ao seu redor. O linguista, ao estudar os nomes geográficos antigos e históricos pode chegar a conclusões importantes ao obter nomes geográficos aborígenes e com a sua conseqüente análise etimológica proporcionar à história valiosos dados de reconstrução do passado;

- h) importância patrimonial: por ser acervo cultural de um país, a toponímia deve ser considerada patrimônio nacional. Todo país anseia ressaltar seus valores pátrios: sente-se orgulho do nome do país, do estado e do município. Esses topônimos, produto histórico de conquistas e colonização, particularizam seus moradores ao redor do mundo;
- i) importância viária: essa importância é conhecida por um sem número dos que viajam através de estradas e percorrem os rincões no território. É por meio da toponímia, nos mapas, que os viajantes se orientam determinando a origem e o destino de suas viagens. Há avisos e letreiros com nomes de localidades para orientar o usuário, sendo esta sua aplicação mais prática;
- j) importância social: topônimos podem ter um significado afetivo essencial para os habitantes de uma comunidade e assim uma pessoa estranha não pode entendê-lo inteiramente. Para os habitantes de uma determinada localidade não é cabível alterar nomes usados em honra a pessoas proeminentes da história local, em memória de fatos históricos e do cotidiano. O topônimo é para o lugar o que o nome próprio é para a pessoa, não se muda sem o consentimento da própria pessoa.

Cabe ressaltar que o nome de um lugar ou de um elemento natural é hoje reconhecido como importante patrimônio cultural de um país, pois reflete seus padrões de ocupação, sua diversidade linguística, cultural e étnica, especialmente num contexto de redes mundiais e de proteção da propriedade intelectual de nomes únicos. As ações, nesse caso, envolvem proteção e publicidade, ou conhecimento e disseminação do acervo de topônimos ligados a determinadas comunidades e/ou lugares.

Segundo Menezes e Santos (2006), além da utilidade cartográfica, a Geonímia contribui com o estabelecimento de indicações geográficas para produtos ou marcas de importante expressão econômica para a política do comércio mundial. Existem mais de três mil marcas de produtos europeus protegidos com base na indicação geográfica. O Brasil, apesar dos muitos Arranjos Produtivos Locais espalhados pelo país, possui

poucos produtos com os nomes protegidos no INPI por indicação geográfica, por exemplo: "Vale dos Vinhedos" e "Café do Cerrado".

### 1.3 A TOPONÍMIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

A Organização das Nações Unidas - ONU realiza desde a década de 1960, no âmbito do Conselho Econômico e Social, através do Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos (GPNUNG), conferências quinquenais e encontros de especialistas a fim de produzir e divulgar estudos e recomendações para a padronização e usos de nomes geográficos.

Os nomes geográficos são reconhecidos internacionalmente como um nível de dados indispensável e essencial no contexto da infra-estrutura nacional de dados espaciais de um país. Países como Canadá e Estados Unidos, por exemplo, possuem desde o início do século XX comitês nacionais permanentes de nomes geográficos que promovem, entre outras ações, a padronização e a coleta de nomes geográficos em seus territórios.

### 1.4 A TOPONÍMIA NO CENÁRIO NACIONAL

O IBGE representa o Brasil em conferências quinquenais promovidas pela ONU, e participa de projetos relacionados a nomes geográficos em parceria com o Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH), havendo inserido o Brasil na Rede de Nomes Geográficos das Américas. O Instituto está procurando recuperar o valor sociocultural e histórico da toponímia brasileira, reativando o interesse pela preservação e o resgate de uma Cartografia atualizada, completa e certificada por meio do Projeto Nomes Geográficos do Brasil que contempla os aspectos:

- **geocartográfico:** identificação do nome geográfico como código, nome geográfico oficial (e variantes), coordenadas geográficas, geometria e classificação do elemento cartográfico;
- **histórico-geográfico:** histórico de pertinência territorial, alterações toponímicas e variantes históricas do nome geográfico;
- **linguístico:** etimologia, ortografia, classificação gramatical, datação, referência bibliográfica dos nomes geográficos.

Um dos pilares de sustentação de futuros projetos de pesquisa no campo dos nomes geográficos, que objetiva realçar e auxiliar na materialização da importância da Geonímia do Brasil, se traduz na implantação no âmbito do IBGE, do Banco de Nomes Geográficos do Brasil (BNGB). Este banco de dados deverá contemplar as principais fontes da informação geográfica, legislação associada, data de vigência, motivação, etnografia, etimologia, histórico, variantes ortográficas e históricas, bem como, nomes alternativos, indicação de proteção de propriedade intelectual, abonações, posicionamento geográfico e observações relevantes de sua representação, dentre outros atributos.

Na estrutura organizacional do IBGE encontra-se na Coordenação de Cartografia - CCAR no Rio de Janeiro o Centro de Referência em Nomes Geográficos do Brasil (Figura 1) que além de se responsabilizar pela implantação do BNGB, fomenta a Rede Nacional de parceiros em âmbito estadual com interesse na temática de nomes geográficos. Tem como competência também coordenar seminários e eventos de capacitação voltados para essa área do conhecimento. Mantém ainda ligações no contexto internacional com o Grupo de Peritos em Nomes Geográficos das Nações Unidas - UNGEGN e com o Grupo de Pesquisa em Geonímia da Associação Cartográfica Internacional – ICA.

**FIGURA 1 – DIAGRAMA – CENTRO DE REFERÊNCIA EM NOMES GEOGRÁFICOS DO IBGE E SUAS ARTICULAÇÕES**



A Universidade de São Paulo – USP se destaca pelo desenvolvimento de vários projetos na área. Os estudos toponímicos na Universidade de São Paulo, segundo Dick, remontam à fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1934. Não há dúvida de que a atual disciplina Toponímia Geral e do Brasil compreende, agora, um espaço muito mais amplo, direcionando-se, objetivamente, não apenas ao campo teórico-metodológico e analítico-comparativo (parte genérica e universalizante) (cf. Dick, 1980), como ao campo aplicado ou prático-experimental (cf. Dick, 1988). Dentre os projetos desenvolvidos pela USP destacam-se:

- vocabulário geográfico de origem indígena brasileira (famílias Tupi-Guarani, Karib, Aruak e algumas do tronco Macro-Jê, presentes na Toponímia);
- estudo histórico-toponímico das ruas da cidade de São Paulo (concluídos: Centro Velho e Centro Novo; bairros periféricos);
- catalogação do acervo bibliográfico toponímico na Universidade de São Paulo;
- Atlas Toponímico do Estado de São Paulo — Projeto ATESP (variante regional do - Atlas Toponímico do Brasil) — Financiamento: CNPq, Fapesp e USP (Análise do comportamento da nomenclatura geográfica dos municípios paulistas: aspectos etno-linguísticos, semânticos, morfológicos e históricos dos topônimos estaduais).

Para a coordenação da política cartográfica nacional foi instituído no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, um órgão colegiado denominado Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR.

A essa Comissão compete a manutenção do Sistema Cartográfico Nacional - SCN, a coordenação da política cartográfica nacional, além de outras atribuições legais relacionadas ao mapeamento sistemático. Dentre outras responsabilidades a CONCAR é responsável pela organização dos esforços para o mapeamento topográfico sistemático do território brasileiro e pela implantação de uma Infra-estrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE. Tem também, como proposta contribuir para a formulação do Plano Cartográfico Nacional, bem como acompanhar o seu desenvolvimento e a sua execução, em apoio à construção da INDE.

Dentre os desafios atuais, merece destaque a necessidade de documentação e catalogação de metadados<sup>2</sup> para a divulgação dos produtos cartográficos existentes, visto a necessidade de orientação do processo de documentação junto aos demais produtores de dados cartográficos/geoespaciais. Inclui-se nesse desafio o necessário desenvolvimento de aplicativos a serem franqueados aos outros órgãos para facilitar a composição de catálogos de metadados de forma padronizada, para disseminação dos dados geoespaciais existentes nas diversas instituições públicas e privadas integrantes do Sistema Cartográfico Nacional.

A produção dos dados geoespaciais e sua conseqüente disseminação crescem exponencialmente a cada dia, em decorrência da multiplicidade das geotecnologias surgidas e da WEB. Estes dados vêm sendo gerados com estruturas diversas, dificultando e, às vezes, impossibilitando o compartilhamento de dados. Assim, surgiu a necessidade da normatização de um padrão único nacional de intercâmbio de dados. Esta normatização, que criará condições para o compartilhamento de dados geoespaciais, deve ser definida na INDE. Dessa forma, dados produzidos segundo estes critérios poderão ser incorporados ao SCN.

Para a criação das normas da INDE, a Comissão Nacional de Cartografia criou vários Comitês de Trabalho, entre os quais o Comitê de Estruturação da Mapoteca Nacional Digital. Este Comitê vem trabalhando no sentido de propor a estruturação de uma Mapoteca Nacional Digital (MND).

Até o início da década de 80, o Sistema Cartográfico Nacional apresentava uma ampla normalização que garantia os padrões mínimos necessários aos produtos gerados com as tecnologias disponíveis até aquela época. Porém com o advento das novas tecnologias e a necessidade da produção de dados digitais georreferenciados, estas normas não mais regulavam todos os aspectos essenciais. Uma conseqüência desta situação é que estes dados geoespaciais vêm sendo gerados segundo a estrutura desenvolvida e adequada aos interesses e as tecnologias que cada produtor possui. Com isso o compartilhamento de dados passou a exigir retrabalho.

## 1.5 A TOPONÍMIA NO CENÁRIO ESTADUAL

No Paraná, existe uma enorme lacuna no registro dos Nomes Geográficos e, por conseqüência, na sua atualização e padronização. Constata-se ausência de

---

<sup>2</sup> Metadados: informação do dado coletado.

denominação de feições geográficas como rios, montanhas, localidades, estradas, entre outros, nos mapas oficiais e inconsistências significativas dos elementos cartografados.

As pesquisas realizadas nos últimos 20 anos no Estado apontam a existência de alguns trabalhos referenciados com o tema Toponímia abordando fundamentalmente as questões etimológicas e lexicográficas, que tratam historicamente da origem dos nomes geográficos e sua forma escrita, destacando-se pesquisas realizadas nas Universidades Estadual de Londrina - UEL e Federal do Paraná - UFPR. Dessa forma, constata-se a existência de uma grande inconsistência no que concerne a utilização efetiva da toponímia como instrumento importante da informação cartográfica para planejamento e implantação de políticas públicas.

No Paraná, mapeamentos em escalas diversas são realizados por diferentes instituições federais, estaduais e municipais. O inventário cartográfico realizado pela Câmara Técnica de Cartografia e Geoprocessamento (CTCG) vinculada ao Conselho de Cartografia (CCEP) cadastrou os mais relevantes mapeamentos já realizados no Estado. Mediante metodologia de análise comparativa verificou-se que o processo de reambulação<sup>3</sup> para identificação das feições geográficas naturais e culturais e antropizadas tem sido tratado de maneira simplificada, ora compilando-se os nomes geocartográficos existentes em outros mapeamentos ora nominando muitas das vezes apenas as feições “principais”. A inserção do Estado do Paraná na Rede Nacional em Nomes Geográficos iniciou no ano de 2006 numa ação conjunta da SEPL e do ITC, contando com o suporte, em nível nacional do IBGE. Pode-se afirmar que o evento denominado Oficina de Sensibilização e Reunião de Articulação do Projeto NOMES GEOGRÁFICOS DO ESTADO DO PARANÁ – “Toponímia passo a passo”, realizado em novembro de 2007, sob a coordenação da SEPL e do ITC, estabeleceu um marco no tratamento do tema diante de sua importância. O evento contou com a participação de representantes diretivos e técnicos de instituições nacionais e estaduais, dentre outros se destacam: IBGE, IAH, USP, SEEC-MT, UFPR, UTFPR, Mineropar, Copel, SEAB, Sanepar, Suderhsa, SEDU e SEEC-PR.

Embora outros estados da federação, como Ceará, Pará, Santa Catarina e São Paulo, também estejam discutindo o melhor encaminhamento para os seus

---

<sup>3</sup> Reambulação é a técnica que consiste em levantamentos realizados no campo para a denominação e classificação de acidentes naturais, culturais e antrópicos (hidrográficos, hipsográficos, vegetação, sistema de transporte, localidades, obras de engenharia em geral, marcos de divisas dentre outros), tendo como insumos básicos: fotografias aéreas, mosaicos, ortofotos, restituições fotogramétricas da área e imagens de sensoriamento remoto (radar, satélite, etc).

trabalhos e estabelecendo algumas ações, pode-se afirmar que nesse cenário o Estado do Paraná, com a concretização dessa proposta, se coloca num estágio mais avançado que as demais unidades da federação, o que sugere a possibilidade de servir de referencial para as demais unidades federativas, e, por consequência, pleitear suporte financeiro para a implantação dos trabalhos.

#### 1.5.1 A Aplicação da Toponímia no Paraná a partir de Abordagens Práticas

As incorreções verificadas na Cartografia do Paraná tem se constatado com grande frequência. Por exemplo, num estudo comparativo preliminar realizado em duas folhas topográficas dos municípios de Campo Largo e Morretes, objetivando avaliar o seu nível de correção e adequação, no que concerne ao atendimento dos requerimentos toponímicos, detectou-se que aproximadamente 70% dos cursos d'água existentes não possuem denominação. Dos 30% com denominação aproximadamente 70% apresentam inconsistências quanto à sua identificação e denominação. Embora essa análise ainda requeira uma pesquisa de campo para a sua complementação é possível verificar o quanto inconsistentes são algumas informações toponímicas cartografadas. O Anexo 3 apresenta a “Análise Comparativa Preliminar das Feições Cartográficas na Folha Campo Largo - MI-2841-4”.

Outro resultado desse estudo aponta que muitos profissionais que atuam nas diversas instituições governamentais e não governamentais estão enfrentado dificuldades no planejamento e na execução dos seus trabalhos face à inconsistência ou inexistência dos dados toponímicos. Exemplos dessa afirmação são encontrados cotidianamente em diversas áreas, tais como:

Na área ambiental: no caso da hidrografia, em particular, sabe-se da necessidade de identificação e verificação dos topônimos dos cursos de água desde sua cabeceira até a foz, para melhor definição das bacias hidrográficas e gerenciamento desse patrimônio natural tão importante nos dias de hoje<sup>4</sup>. A Figura 2 ilustra uma folha topográfica com seus cursos d'água com e sem denominação.

---

<sup>4</sup> “Nos processos administrativos de cadastramento de outorga de recursos hídricos há a necessidade da denominação dos cursos de água de interesse. Contudo há uma grande quantidade desses recursos declarados como “sem denominação” constantes na Cartografia disponível, dificultando o cadastramento das outorgas”. (Margit Quandt- novembro de 2007- SUDERHSA)



recuperação da biodiversidade, que apresentam como unidade de trabalho as microbacias hidrográficas, devem contar com a correta identificação e denominação para efeito do planejamento, execução e controle das ações apoiadas, a exemplo dos módulos agroecológicos. Processos de diagnósticos e levantamentos para prevenção de poluição à montante das represas para geração de energia e abastecimento de água também utilizam a toponímia, de forma ainda precária, para a identificação dos problemas.

Na área de planejamento: o primeiro nível de informação necessário, invariavelmente é o mapa político administrativo do Estado. As divisas municipais, cartografadas nos mapas, são os resultados dos trabalhos de interpretação das leis de criação dos municípios e suas respectivas localizações nas bases cartográficas. As divisas municipais no Paraná são objetos de constantes atualizações. Anualmente, o ITC divulga o arquivo gráfico das divisas municipais e das áreas territoriais dos municípios que são utilizadas como parâmetro para o cálculo do fundo de participação e base para o planejamento das políticas governamentais.

Mesmo com o trabalho sistemático, a cada revisão o ITC identifica diversos equívocos na definição de divisas municipais. Esses problemas são decorrentes, dentre outros fatores, das inconsistências de topônimos nas bases cartográficas existentes. Essa constatação enseja um grande esforço para a realização de um trabalho mais efetivo que contemple a atualização toponímica das bases cartográficas.

Na área econômica: o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES elaborou estudo denominado “Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Estado do Paraná”. Foram identificadas 413 atividades de maior concentração que resultaram em 22 APLs, no entanto, nenhuma delas, segundo os nossos registros, conta com a proteção do nome de seus produtos no INPI por indicação geográfica, tal como, os já mencionados: “Vale dos Vinhedos” e “Café do Cerrado”.

Na área Administrativo-Documental: No estado do Paraná, um exemplo que pode ser evidenciado é relativo às alterações toponímicas municipais a partir de 1980. Não raro, os Cartórios recebem documentos com nomes de municípios desconhecidos ou com dúvidas de grafia. Isso acontece porque os nomes dos municípios podem ser alterados, criando problemas na sua identificação decorrente da não atualização sistemática da toponímia das bases cartográficas. A partir do momento que a nova

denominação ou grafia tenha sido instituída legalmente é comum que o registro do fato seja comunicado apenas aos órgãos oficiais provocando, por consequência, a recorrência dos erros por parte dos demais agentes usuários. O mesmo fato é constatado junto às comunidades locais, para as quais os nomes antigos continuam sendo os mais conhecidos e replicados.

O Quadro 2 mostra as alterações de nomes de alguns municípios paranaenses no período de 1988 a 1992.

**QUADRO 2 – ALTERAÇÕES DE NOMES DE MUNICÍPIOS NO PARANÁ ENTRE 1988 E 1992**

UF	NOME ANTERIOR	NOME ATUAL	DATA ALTERAÇÃO
PR	Goio-Erê	Goioerê	09/12/1988
PR	São Manoel	São Manoel do Paraná	05/05/1993
PR	Tunas	Tunas do Paraná	07/12/1992
PR	Vila Alta	Alto Paraíso	18/02/2004
PR	Vila Branca	Doutor Ulysses	07/12/1992

Na área de saúde: um exemplo de aplicação da toponímia na saúde é a espacialização e a localização geográfica dos vetores, entre outros, da dengue e da aranha-marrom, em uma base cartográfica confiável, tanto na precisão geométrica quanto na padronização dos nomes geográficos. Essa medida poderá trazer melhor definição de políticas públicas no controle e no combate da proliferação dos vetores e das doenças que os mesmos causam, bem como na divulgação dos focos desses vetores junto às comunidades.

Na área de turismo: os nomes geográficos possibilitam a identificação, o registro e a divulgação das áreas com potencial turístico valorizando a questão cultural das comunidades. A identificação de roteiros turísticos, a partir da concentração de algumas etnias e processos históricos e arqueológicos do nosso Estado, a exemplo do Circuito Italiano, Caminho do Vinho, Caminho do Itupava, Caminho do Peabiru, Rota dos Tropeiros, entre outros.

Na agropecuária: a toponímia embasará o mapeamento de atividades agrosilvopastoris nos censos agropecuários, suporte às atividades de previsões de safras agrícolas, circunscrição de áreas com doenças, vegetais e animais, endêmicas e epidêmicas. Um exemplo na área de saúde animal que merece destaque são as campanhas de combate e controle da febre aftosa bovina, onde os mapeamentos dos setores controlados com vacinação podem se valer da toponímia como instrumento de precisa localização.

Na área de segurança: a localização dos eventos criminais se dá a partir dos seus boletins de ocorrência, assim, sempre prevalecem os nomes usuais das localidades, bairros, nomes de ruas, estradas, cursos de água entre outros. A correção das bases cartográficas trará maior confiabilidade e acerto na localização dos registros permitindo maior eficiência no combate ao crime, nas operações de salvamento, de prevenção de desastres naturais e outros. Para exemplificar as dificuldades do setor de segurança no território paranaense, foram localizados treze pontos com o nome de Pinhalzinho em treze diferentes municípios. Essa constatação que saltou à vista logo nas primeiras análises possivelmente se repete em outros tantos registros, causando transtornos, não apenas para a área de segurança, como para os demais setores.

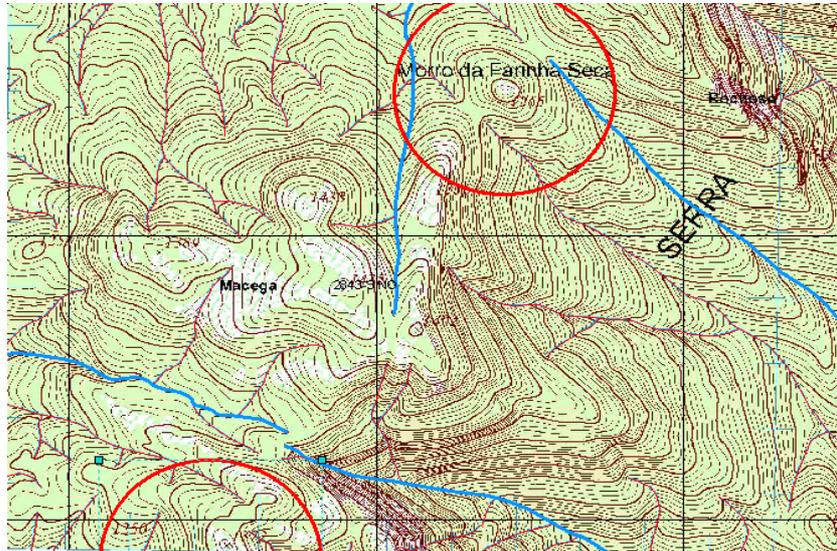
Na área de educação: fortalecimento e planejamento da estrutura do sistema de gestão de transporte de escolares da rede estadual e municipal a partir da denominação das escolas, estradas, localidades e cursos d'água padronizados e aferidos.

#### 1.5.2 Relatos de Casos

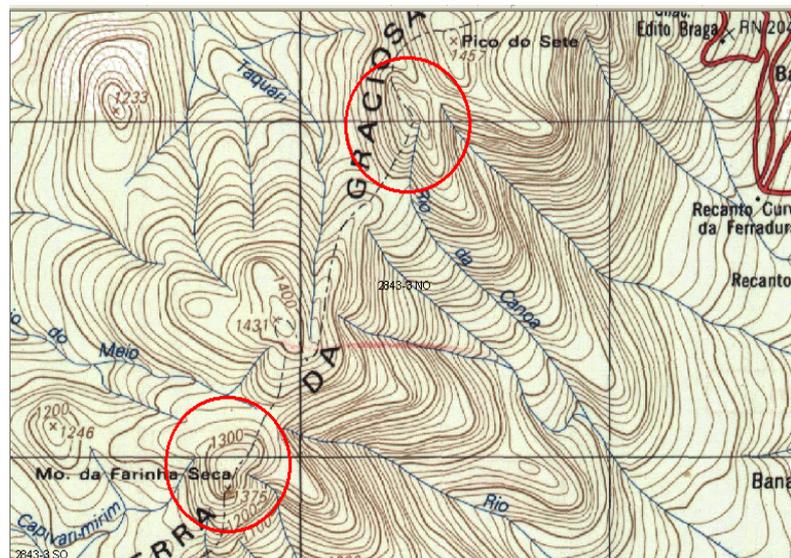
Os casos a seguir relatados ilustram alguns equívocos relacionados à Cartografia do Estado, mais particularmente à sua toponímia. Apresenta-se a seguir três ocorrências derivadas da desatenção despendida aos registros dos nomes geográficos.

**Caso 1:** no estudo comparativo das folhas topográficas 1:25.000 MI-2843-3-SO (Figura 3) e 1:50.000 MI-2843-3 (Figura 4), foi identificada a diferença na localização do Morro da Farinha Seca, município de Morretes, entre as duas folhas. O exemplo dos registros mencionados, como de tantos outros, aponta para a necessidade do desenvolvimento de um trabalho de campo e revisão da documentação cartográfica para identificação da correta localização do morro. Observe-se que as folhas topográficas aqui tratadas foram elaboradas pelas instituições federais e são considerados documentos de fé pública, porém, a pesquisa confirma que a ausência de padronização e precisão geométrica na toponímia gera, entre outras consequências, a carência de subsídios para a solução de litígios fundiários e territoriais.

**FIGURA 3** - RECORTE DA FOLHA TOPOGRÁFICA ESCALA 1:25.000 MI -2843-3 SO, FONTE DSG



**FIGURA 4** - RECORTE DA FOLHA TOPOGRÁFICA ESCALA 1:50.000 - MI 2843-3, FONTE IBGE



**Caso 2:** o segundo exemplo confirma a necessidade de sistematização da coleta de nomes geográficos, cuja ausência gera, entre outras conseqüências, a carência de subsídios para a solução de litígios fundiários e territoriais. Através da atividade Arquivo Gráfico Municipal, desenvolvido pelo setor de Divisas Territoriais do ITC são analisados os documentos cartográficos disponíveis e confrontados com as leis de criação dos municípios. Nesse processo é comum a constatação, por parte dos técnicos envolvidos, de importantes equívocos na definição das divisas municipais, o que enseja a necessidade do aprofundamento da pesquisa documental e de campo. Um desses exemplos ocorre na divisa entre os municípios de Ventania - desmembrado de Tibagi - e Pirai do Sul: “com o município de Pirai do Sul Inicia na cabeceira do arroio Quebra Perna, desce por este até sua foz no rio Fortaleza”. A análise do mapa municipal de Pirai do Sul de 1947-1953 (Figura 5), com seu recorte de aproximação demonstrado na Figura 6, e o recorte da folha topográfica MI-2807 de 1966/DSG (Figura 7) demonstra divergência na identificação do Lajeado ou Arroio Quebra Perna e o conseqüente erro na identificação da divisa municipal. Preliminarmente, baseando-se nos estudos documentais mais antigos, o que em 1966 está denominado Arroio Caiapó, era o Lajeado ou Arroio Quebra Perna quando da criação dos municípios de Pirai do Sul e Tibagi, citado na lei criação do município de Pirai do Sul. Um trabalho de campo elucidará a atual denominação dos cursos d’água em questão, contudo já fica evidente que a verdadeira divisa é a demonstrada na Figura 8. Em casos como esse, que envolvem definição de divisa os cuidados devem ser redobrados para que novos equívocos não sejam cometidos.

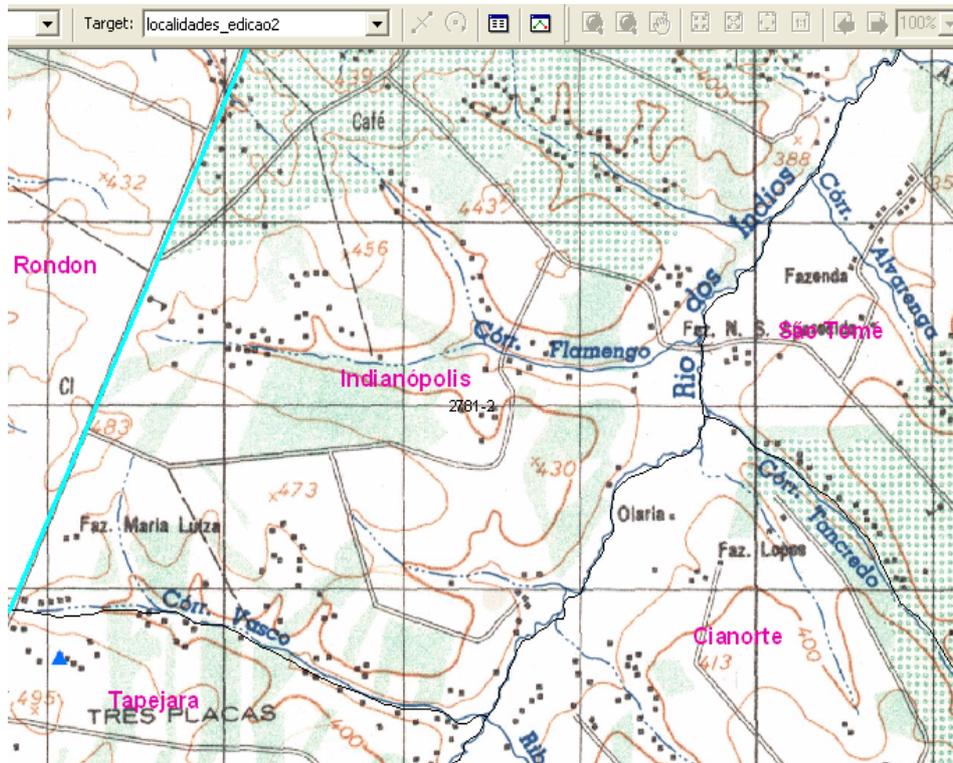
**FIGURA 5 – MAPA MUNICIPAL DE PIRAÍ DO SUL 1947-1943, ESCALA 1:250.000, FONTE DGTC**



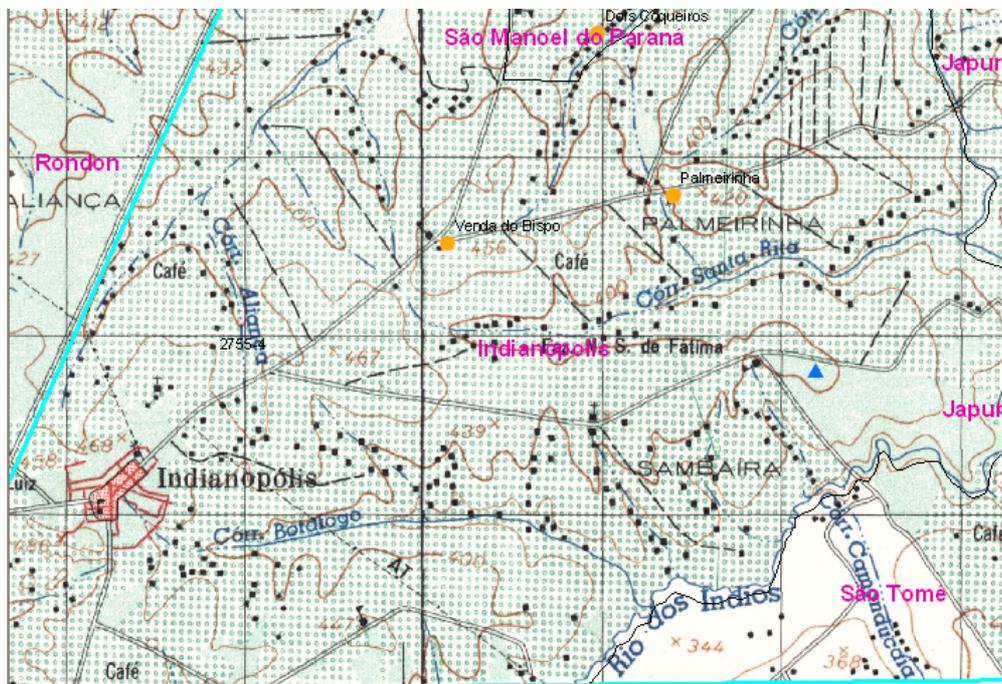
**FIGURA 7 - RECORTE DE FOLHA TOPOGRÁFICA MI-2807, ANO 1966, FONTE DSG.**  
 Apresenta a locação equivocada da divisa entre os municípios de Ventania e Pirai do Sul. Fica evidente a divergência de nomenclatura do curso de água quando comparada com mapa municipal mais antigo.



**FIGURA 9 - FOLHA TOPOGRÁFICA ESCALA 1:100.000 MI-2755 FONTE DSG**



**FIGURA 10 - FOLHA TOPOGRÁFICA ESCALA 1:100.000 MI-2781 FONTE DSG**



## **2 PREMISSAS DO PROJETO**

Os registros topográficos do Estado do Paraná, no que se refere aos seus aspectos toponímicos, devem ser referenciados a partir de algumas premissas, que resultaram da análise diagnóstica realizada para a elaboração desse projeto. Essas premissas foram responsáveis pela definição de processos, mecanismos e ferramentas de intervenção. Isto posto, o projeto deve:

- Assegurar a máxima participação das comunidades locais na denominação (batismo) das feições geográficas e sua validação e para tanto será desenvolvido estudos e pesquisas para a elaboração dos princípios, normas e procedimentos para nomeação geográfica.
- Respeitar os valores étnicos, culturais, sociais, econômicos e históricos no processo de reambulação de campo.
- Criar um ambiente multidisciplinar e sistematizado garantindo as interações dos diversos campos do saber.
- Fomentar um processo de co-responsabilidade entre os setores público, privado e representações da sociedade civil na validação dos trabalhos de forma a garantir a sustentabilidade das ações.
- Identificar os registros toponímicos que apresentem relações sinérgicas entre a proteção e conservação do meio ambiente e a comunidade local.
- Garantir o compartilhamento e o acesso das informações atualizadas e certificadas à todos os setores usuários.

## **3 O PROJETO**

O Projeto de Nomes Geográficos do Paraná se apresenta como uma real exigência de promover a adequação das bases cartográficas estaduais aos requerimentos atuais da área das Geociências. O Estado, há tempos diagnosticou a necessidade de contar com informações geocartográficas confiáveis, precisas na sua forma geométrica e atualizadas, como forma de solucionar inúmeras inconsistências constatadas. A iniciativa do ITC e da SEPL, responsáveis pela Cartografia e pelo Planejamento e Coordenação Geral das políticas públicas governamentais do estado do

Paraná, respectivamente, insere essas duas instituições na discussão sobre um tema relevante que hoje apresenta abrangência nacional e internacional.

O projeto identifica como principais atividades a coleta, a correção, a padronização, a geração de metadados, a manutenção e o controle dos bancos de dados, a certificação dos nomes geográficos e a disponibilização das informações relacionadas aos nomes geográficos do Estado do Paraná. Com essas atividades busca-se alcançar os elementos necessários para:

- o fortalecimento do Plano Estadual de Cartografia;
- o desenvolvimento de bases cartográficas confiáveis para o planejamento das políticas públicas;
- a consolidação dos nomes geográficos do Estado junto à população paranaense.

Tal qual o projeto nacional, desenvolvido no âmbito do IBGE, a proposta paranaense contemplará os aspectos: geocartográfico, histórico-geográfico e lingüístico. O PNGPR prevê a sua implementação em duas etapas; o Projeto Piloto e o Global. Para o Piloto será contemplado apenas o aspecto geocartográfico e para o outro, os três aspectos.

Enfatiza-se aqui, mais uma vez, a importância das parcerias a serem estabelecidas, notadamente, com o Governo Federal, representado pelo IBGE, e outras instituições consideradas potenciais colaboradoras. Essas desejáveis interações se concentrarão nos aspectos técnicos, institucionais e financeiros requeridos para a implementação do projeto, uma vez que se trata de proposta pioneira de interesse nacional.

### 3.1 OBJETIVO DO PROJETO

Estabelecer no Paraná uma base de dados oficial de nomes geográficos para incorporação na Cartografia estadual, contemplando os aspectos geocartográfico, histórico-geográfico e linguístico.

#### 3.1.1 Objetivos Específicos

- Implantar normas e procedimentos para a coleta, revisão, correção, padronização, geração, manutenção, controle, certificação e disponibilização de nomes geográficos.
- Criar uma rede de interesse em nomes geográficos no Estado.
- Inserir o Paraná nas discussões do Grupo de Trabalho de Nomes Geográficos do IBGE, através da criação de um comitê estadual multidisciplinar e interinstitucional.
- Promover estudos, pesquisas e publicações sobre Nomes Geográficos.
- Compor com o Plano Estadual de Cartografia.
- Promover a criação de uma entidade denominada autoridade estadual em Nomes Geográficos, composta por peritos especializados no tema, que se responsabilizará pela certificação dos nomes geográficos.
- Criar um fórum de discussão, com a máxima participação das comunidades locais, para definir os critérios na denominação das feições geográficas inominadas ou inconsistentes.
- Criar o BNGPR - Banco de Nomes Geográficos do Paraná integrado ao BNGB – Banco de Nomes Geográficos do Brasil.

### 3.2 ETAPAS DO PROJETO

A responsabilidade técnica impõe que o trabalho seja desenvolvido de forma gradual e em etapas sucessivas, que permitam incorporar os conhecimentos adquiridos a cada fase subsequente.

Tendo como elementos de trabalho a coleta, a revisão e correção, a padronização, a geração, a manutenção, o controle, a certificação e a disponibilização de dados e informações relacionadas ao projeto, foi definido que o mesmo deverá ser implementado em duas etapas.

A primeira etapa, denominada de Projeto Piloto, será iniciada em 2009 e terá um prazo de implantação de seis meses. A segunda, que se estende a todo o território paranaense, denominada de Projeto Global, terá prazo de execução e implantação de três anos, e projeta o seu início para o 1º semestre de 2010.

Na primeira etapa, o trabalho será executado numa área de 150.000 ha, em duas áreas de intervenção eleitas como piloto. As áreas correspondem ao espaço circunscrito em duas folhas topográficas selecionadas, abrangendo 140.000 ha, e, ao espaço delimitado por uma bacia hidrográfica definida juntamente com a coordenação do Programa de Gestão Ambiental Integrada, com uma área equivalente a 10.000 hectares. Nessas áreas serão validadas as estratégias de reambulação, de capacitação, de armazenagem e disponibilização das informações e de abordagem para novas parcerias.

Na sua segunda etapa, o PNGPR, utilizando-se dos dados validados no Projeto Piloto, se estenderá a todo o território paranaense, ou seja, 199.880,2 km<sup>2</sup>, e terá como unidades de trabalho as 3.600 bacias hidrográficas e/ou 327 folhas topográficas na escala 1:50.000; nesse total estão incluídas as áreas trabalhadas na primeira etapa, em 2009.

### 3.3 METAS DO PROJETO

Projeto Piloto – Trabalhar as informações toponímicas em duas folhas topográficas na escala de 1:50.000 e em uma microbacia hidrográfica, para uma área total de 150.000 hectares, conforme descrito mais detalhadamente no Ítem 4 .

Projeto Global – Incorporar à base cartográfica estadual as informações toponímicas, contemplando seus aspectos geocartográfico, histórico-geográfico e lingüístico em uma área de 199.880,2 km<sup>2</sup>, ou seja, em 327 folhas topográficas, na escala 1:50.000 e/ou aproximadamente 3.600 microbacias hidrográficas.

### 3.4 PRAZO DE IMPLANTAÇÃO

Projeto Piloto – o prazo de execução e implantação será de seis meses, com início previsto para março de 2009.

Projeto Global - o prazo de execução e implantação será de três anos, com início previsto para janeiro de 2010.

### 3.5 CUSTOS DO PROJETO

#### 3.5.1 Projeto Piloto

Para se estimar o valor necessário para a execução e implantação do projeto piloto, considerando-se que a reambulação será executada na unidade folha topográfica, o projeto se valeu da experiência do IBGE: para uma equipe com dois técnicos com dedicação exclusiva, para os trabalhos de campo, cuja média de produtividade é de duas folhas topográficas do mapeamento topográfico sistemático na escala 1:50.000 ou 1:25.000 por mês, com despesas por equipe estimado em R\$ 8.100,00 para custeio de diárias, material de consumo (combustíveis e outros materiais) e serviços. Essa atividade deverá contar também com a participação de quatro técnicos do Estado sob a orientação de dois técnicos do IBGE, formando duas equipes de três técnicos, com dedicação exclusiva durante o período de um mês. O custo dessa atividade para o Estado será de R\$ 16.200,00, sendo que o IBGE arcará com suas próprias despesas.

Já para a realização das atividades de reambulação por microbacia hidrográfica, prevista na proposta de parceria com o PGAI, os levantamentos serão realizados por uma equipe composta por dois técnicos designados pela EMATER-PR ou pelo ITC, sob a orientação de um técnico do IBGE e/ou dos executores do Estado do Paraná já capacitados, durante o período de uma semana. O custo dessa atividade para o ITC será de R\$ 1.450,00, sendo que o IBGE e EMATER-PR arcarão com suas despesas.

Outros trabalhos comporão o projeto inicial com vistas à formação do modelo que se pretende implantar no Estado. Essas ações serão traduzidas pelos diagnósticos das bases cartográficas, modelagem para o registro toponímico e consolidação dos dados em relatórios e documentos próprios. Assim, o valor do Projeto Piloto, perfaz R\$ 53.000,00, conforme detalhado no Quadro 3, a seguir:

Os custos das demais despesas foram estimados baseando-se em eventos já realizados.

**QUADRO 3 - VALORES PREVISTOS NO PROJETO PILOTO PARA CUSTEIO DE DIÁRIAS, DESLOCAMENTOS, MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS.**

<b>AÇÕES</b>	<b>CUSTO ITC/2009 Em R\$</b>
A. Análise comparativa e diagnóstico toponímico das bases cartográficas	1.000,00
B. Reuniões periódicas	10.000,00
C. Capacitação dos executores e dos agentes de cooperação	1.350,00
D. Reambulação	17.650,00
E. Modelagem para o registro toponímico	4.000,00
F. Aspectos conclusivos do Projeto Piloto	4.000,00
G. Reuniões com potenciais parceiros	5.000,00
H. Capacitação de novos agentes de cooperação	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>53.000,00</b>

Esses recursos encontram-se previstos no orçamento do ITC.

### 3.5.2 Projeto Global

A proposta paranaense prevê testar duas modalidades para os trabalhos de reambulação, e, diante das características fisiográficas próprias do Estado, somente após a avaliação comparativa das despesas registradas no Projeto Piloto será possível alcançar valores mais reais. Contudo, considerando a experiência do IBGE já mencionada no item acima, estima-se que o Projeto Global, no quesito reambulação, terá um custo aproximado de R\$ 2.700.000,00 para custeio de diárias, material de consumo e serviços, sem contratação de terceiros.

Essa estimativa, conforme mencionado, contempla apenas os valores necessários para os trabalhos de reambulação; some-se a esse valor os demais custos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos nos aspectos histórico-geográficos e lingüísticos, bem como, para as demais atividades complementares de capacitação, trabalhos de gabinete, elaboração de cartas base, entre outros, esperando-se contar com o apoio das instituições de ensino e pesquisa, tanto públicas quanto privadas.

### 3.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PROJETO GLOBAL

Os aspectos institucionais que definem as responsabilidades da SEMA/ITC, bem como da SEPL, com a Política Cartográfica do Estado do Paraná, e que dão a autoridade para a apresentação dessa proposta, estão contemplados nos seus regulamentos institucionais, como pode ser observado nos anexos 1 e 2.

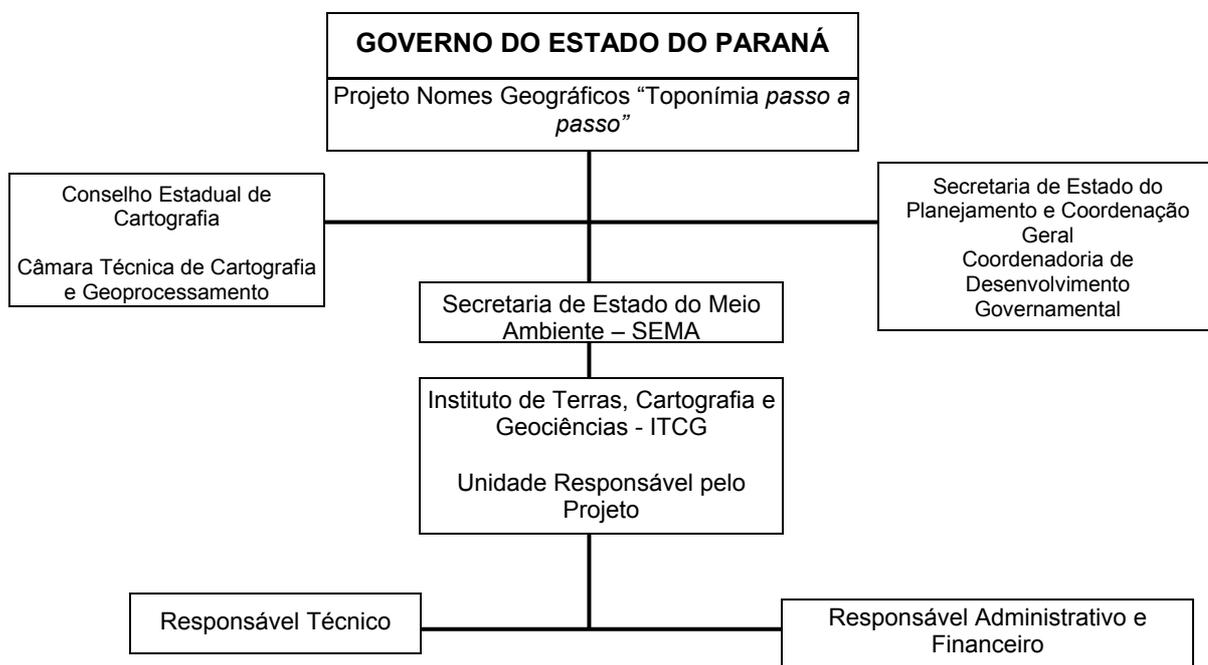
O gerenciamento dos trabalhos de implementação do projeto contará com uma estrutura mínima, originária das instituições envolvidas, e estará a cargo do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, na Diretoria de Geociências, onde se localizará a Unidade Responsável pelo Projeto – URP. Diante das características do projeto, notadamente, no que se refere a sua transversalidade, o Conselho Estadual de Cartografia e a Câmara Técnica de Cartografia e Geoprocessamento ofertarão o suporte técnico e institucional para a sua execução.

Para a implantação do Projeto Piloto, a unidade contará com um responsável técnico, sendo a função de dedicação exclusiva, e um responsável administrativo e financeiro, com dedicação parcial. Adicionalmente, a estrutura prevê a participação da Coordenadoria de Desenvolvimento Governamental da Secretaria do Planejamento, que se responsabilizará pelo assessoramento à URP e pela articulação dos setores governamentais e não governamentais envolvidos.

Para a etapa do Projeto Global, a unidade responsável deverá ser adequada aos requerimentos diagnosticados na fase do Projeto Piloto. Essa adequação, certamente, pela abrangência das ações, exigirá uma maior participação dos níveis mais descentralizados da SEMA/ITC e de outras instituições colaboradoras, notadamente da EMATER-PR e IBGE/SC – Regional Sul e IBGE/PR. No entanto, essa matéria não será tratada na primeira etapa dos trabalhos, devendo ser detalhada oportunamente em documento próprio, após a avaliação do piloto. Embora seja possível identificar previamente, um conjunto de potenciais colaboradores e interessados no projeto, outros tantos, deverão se incorporar ao trabalho na medida em que as ações avancem. O anexo 2 apresenta o quadro das instituições executoras, bem como, as instituições colaboradoras já identificadas, e ainda a relação dos técnicos que vêm discutindo há algum tempo a presente proposta.

A Figura 11 apresenta o organograma preliminar da Unidade Responsável do Projeto que será exercitada no projeto piloto.

**FIGURA 11** - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PROJETO NOMES GEOGRÁFICOS  
 “Toponímia *passo a passo*”



### 3.7 PROGRAMAS E AÇÕES RELACIONADAS AO PROJETO

#### 3.7.1 Projeto Nomes Geográficos do Brasil – PNGB

O desenvolvimento do Projeto Nomes Geográficos do Brasil vem sendo implementado no IBGE, desde 2005, e conta com o envolvimento de diversos setores, a saber:

No IBGE:

- Diretoria de Geociências – DGC
- Coordenação de Métodos e Qualidade – COMEQ/DPE
- Gerência de Sistemas de Informações Geográficas - GESIG/DI
- Gerência de Relações Internacionais – GRI/PR
- Comitê de Coordenação e Treinamento – CCT
- Escola Nacional de Ciência Estatística – ENCE
- Gerência de Documentação e Informação – GDI/DGC
- Centro de Divulgação e Disseminação de Informações – CDDI

- Coordenação de Comunicação Social – CCS/PR
- Biblioteca Central e Bibliotecas Setoriais do IBGE

Junto aos colaboradores externos ao IBGE:

- Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia - IAH
- Academia Brasileira de Letras – ABL
- Instituto Panamericano de Geografia e História – IPGH
- Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
- Universidade de São Paulo - USP
- Sociedade Brasileira de Cartografia - SBC
- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná/Coordenadoria de Desenvolvimento Governamental- SEPL/PR - CDG
- Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná - ITC/PR
- Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo - IGC/SP
- Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI

Outros colaboradores :

- Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos – UNGEGN
- Organização das Nações Unidas - ONU
- Divisão da África Austral do UNGEGN
- Ministério das Relações Exteriores
- Projeto de Infra-estrutura Geoespacial Nacional - PIGN

Muitas iniciativas já estão consolidadas, no entanto, há muito por ser feito. Como principais processos desencadeados e resultados alcançados até a presente data pode-se destacar:

- realização de cursos de capacitação sobre os aspectos teóricos e práticos da coleta dos nomes geográficos, sobre normas técnicas de revisão e sobre toponímia aplicada com enfoques internacional e nacional para técnicos envolvidos com o tema, tanto do IBGE, como originários das unidades da federação convidadas, destacando-se: o Paraná e São Paulo;
- modelagem do Banco de Dados de Nomes Geográficos do Brasil – BNGB;

- carga no BNGB dos nomes geográficos da Base Cartográfica Vetorial Contínua ao Milionésimo – bCIMd;
- desenvolvimento de aplicativos para entrada e consulta de dados do BNGB;
- desenvolvimento do mecanismo de espacialização;
- traduções de bibliografia e material didático;
- criação do Centro de Referência em Nomes Geográficos no IBGE.
- desenvolvimento da Rede Nacional e das Américas de Nomes Geográficos;
- constituição de uma autoridade nacional em nomes geográficos;

Nesse momento o IBGE e as instituições parceiras discutem as estratégias para avançar nos trabalhos de coleta, atualização e inclusão dos nomes geográficos no banco nacional, a constituição de uma autoridade nacional em nomes geográficos e o estabelecimento da Rede Nacional.

O IBGE considera o Estado do Paraná parceiro nessa tarefa e que o desenvolvimento do projeto estadual é extremamente oportuno, uma vez que ofertará importantes indicadores para o desenvolvimento do projeto nacional e para as demais ações estaduais.

Como unidade de trabalho o IBGE utiliza folhas do Mapeamento Topográfico Sistemático Nacional nas escalas 1:1.000.000, 1:250.000, 1:100.000, 1:50.000 e 1:25.000, tanto para a carga no banco de dados como para a coleta de nomes em campo. Os primeiros testes de carga de dados do território brasileiro estão sendo feitos a partir da Carta Internacional ao Milionésimo - CIM. A escala de trabalho a ser utilizada dependerá da disponibilidade e atualização do mapeamento na unidade da federação a ser trabalhada. Desse modo, a parceria com os estados, sob o ponto de vista do IBGE, reveste-se na melhor estratégia para definição da base a ser utilizada.

### 3.7.2 Programa de Gestão Ambiental Integrada de Microbacias – PGAI

Esse programa é uma iniciativa do Governo do Paraná, que define como unidade de intervenção as microbacias hidrográficas. Seu objetivo está direcionado à melhoria da qualidade das águas através do trabalho integrado de vários atores<sup>5</sup>, e centra suas ações no correto uso, manejo e conservação do solo, da água e das florestas nos ambientes urbano e rural.

---

<sup>5</sup> SEAB, SEMA, SEPL, SEDU, SETR, COPEL, SANEPAR, ITAIPU BINACIONAL, MINEROPAR e SUDERHSA

A vinculação do Projeto Nomes Geográficos com o programa se dará de forma natural, uma vez que atenderá às duas vertentes de trabalho, a saber: a revisão de todos os topônimos das microbacias selecionadas, através do desenvolvimento de estratégias operacionais a serem implementadas e aperfeiçoadas, e a oferta de bases cartográficas confiáveis para suprir as necessidades de planejamento das ações.

O PGAI delimitou 3.600 microbacias hidrográficas no Paraná, com áreas variando de 5 a 10 mil hectares, apresentadas em folhas topográficas na escala 1:50.000. Desse universo, 06 microbacias, por suas características, foram selecionadas como prioritárias para a implantação das intervenções propostas. Concomitantemente, a esse primeiro momento do PGAI, o Projeto Nomes Geográficos, juntamente com a Emater-PR, selecionará uma microbacia onde será desenvolvida uma vertente do projeto piloto.

### 3.7.3 Mapeamento do Estado do Paraná na escala 1:50.000

No ano de 2005, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE contratou trabalhos técnicos de engenharia para a elaboração de mapeamento em uma área aproximada de 235.000 km<sup>2</sup>, que correspondente à área total das 327 folhas topográficas que recobrem o território paranaense e que abrangem uma “área de vizinhança” relativa aos estados vizinhos de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Essa ação, no entanto, não incluiu a atualização toponímica em seu termo de referência. Os nomes geográficos utilizados foram os constantes da base cartográfica da Copel, elaborada em convênio com a DSG e com o IBGE. Contudo, o ITC e a SEDU/Paranacidade pretendem, tão logo o Projeto Nomes Geográficos possa validar os novos registros, incorporá-los à sua base cartográfica, tornando-a oficial para o Estado do Paraná.

### 3.7.4 Outros Projetos, Programas e Ações

Outras ações paranaenses com potencial de integração com o projeto serão incorporadas, identificadas e/ou detalhadas oportunamente. Dessas, algumas já estão consideradas:

- Programas, projetos e atividades em andamento, destacando-se: Programa Matas Ciliares, Educação Ambiental, Cartografia Social, Zoneamento

Ecológico Econômico - ZEE, Regularização Fundiária, Arquivo Gráfico Municipal, Base Hidrográfica Integrada, Paraná Biodiversidade, Arranjos Produtivos Locais - APLs, Projeto de Inclusão Social, Sinalização Turística.

- Projetos no âmbito acadêmico nos departamentos de história, geografia e Cartografia das universidades federais e estaduais.

### 3.8 PRINCIPAIS PRODUTOS PREVISTOS NO PNGPR

O maior de todos os ganhos previstos será a geração de banco de dados e, por conseqüência, bases cartográficas confiáveis para o planejamento e gestão das políticas governamentais do Paraná. Não obstante, o projeto, por guardar forte compatibilidade com o programa nacional, também deverá, conforme referenciado, apresentar resultados que permitam: suprir as demandas dos setores de registros cartográficos, apoiar a elaboração e alterações na legislação dos municípios, estabelecer o disciplinamento dos processos de nomeações, conscientizar a população em geral sobre a importância da matéria e gerar material bibliográfico de caráter geográfico, histórico e cultural. Esses resultados podem ser traduzidos pelos produtos abaixo identificados:

- Coletânea de legislação federal, estadual e municipal sobre o tema.
- Normas e especificações operacionais sobre nomes geográficos.
- Princípios, normas e procedimentos para nomeação geográfica.
- Materiais de divulgação e capacitação.
- Folhas topográficas, na escala 1:50.000, certificadas toponimicamente.
- Banco de Nomes Geográficos do Paraná – BNGPR interligado com o Banco de Nomes Geográficos do Brasil BNGB e da Américas.
- Gazetteers<sup>6</sup>.
- Atlas Toponímico do Estado do Paraná.
- Publicações de pesquisas e estudos sobre nomes geográficos.

---

<sup>6</sup> Gazetteers são catálogos de nomes de lugares, onde cada lugar vem acompanhado de sua localização (Hill, 2000). Quando consultamos um atlas geográfico, geralmente utilizamos um gazetteer (o índice do atlas) para encontrar o que desejamos.

## **4 O PROJETO PILOTO**

Enquanto o Projeto Global contemplará trabalhos relativos aos aspectos geocartográfico, histórico-geográfico e lingüístico, o Projeto Piloto foi idealizado para atender apenas o aspecto geocartográfico.

Assim, a primeira etapa, conforme já abordado, se concentrará em 150.000 hectares e fornecerá os indicadores para o real dimensionamento da tarefa de reambulação e da construção da base de dados, no que concerne aos seus aspectos técnico, operacional e financeiro, para posterior extensão dos trabalhos para todo o território paranaense. Desse modo, abre-se aqui um capítulo específico para tratar dessa ação, que deverá ocorrer no ano de 2009 e definirá a estratégia global do trabalho.

### **4.1 OS MODELOS DE LEVANTAMENTO PREVISTOS NO PROJETO PILOTO**

Dois modelos deverão ser testados no Projeto Piloto. O primeiro se utilizará do mapeamento sistemático brasileiro, que tem como área de trabalho as folhas topográficas na escala 1:50.000. Esse trabalho será coordenado pelo ITC e contará com o apoio da SEPL/CDG e do IBGE/Sede Central/RJ – SC-Regional Sul e Local/Paraná, das prefeituras municipais e outras organizações a serem identificadas para a realização dos levantamentos de campo. O segundo estará direcionado a uma bacia hidrográfica do Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e se valerá da participação dos trabalhos técnicos da Emater – PR.

Outras ações a serem desenvolvidas no contexto do Projeto Piloto dizem respeito à avaliação e validação das estratégias de implementação do Banco de Nomes Geográficos do Brasil – BNGB.

### **4.2 UNIDADES GEOGRÁFICAS DE TRABALHO DO PROJETO PILOTO**

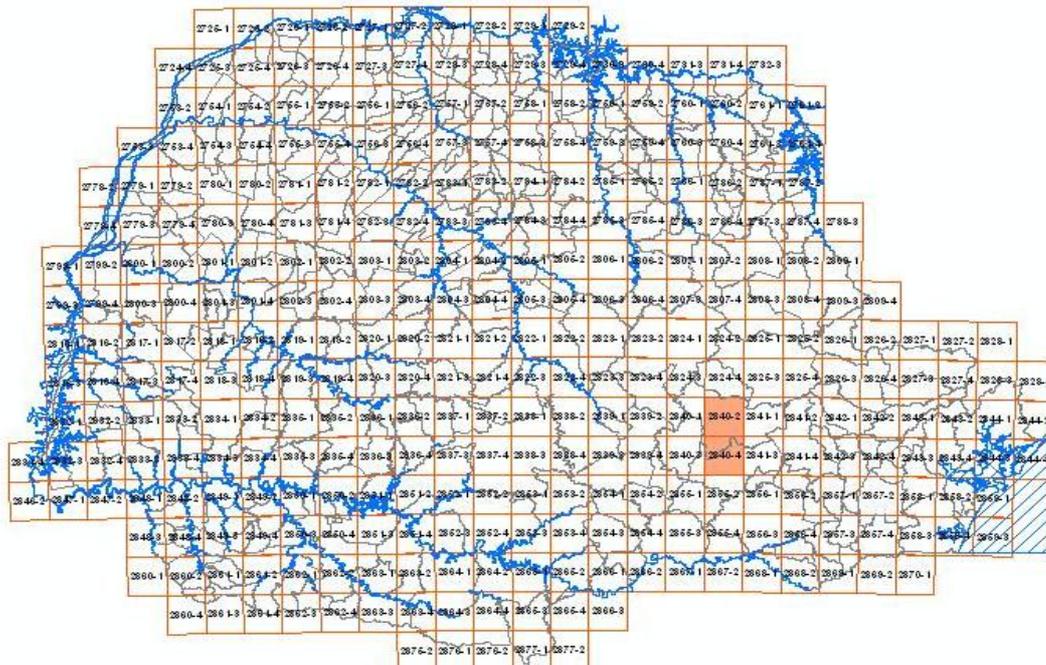
As unidades geográficas de trabalho serão: duas folhas topográficas na escala 1:50.000, conforme definido no mapeamento sistemático brasileiro, e que para o Paraná totalizam 327 folhas; e uma microbacia hidrográfica a ser selecionada dentre as 3.600 mapeadas no Estado, definida em conjunto com a equipe da Emater/PR.

#### 4.2.1 A Unidade de trabalho – Folhas Topográficas

O Projeto Nomes Geográficos do Brasil apresenta como base cartográfica oficial o Mapeamento Topográfico Sistemático Nacional, que congrega o conjunto de procedimentos que têm por finalidade a representação do espaço territorial nacional de forma sistemática, por meio de séries de cartas gerais, contínuas, homogêneas e articuladas, elaboradas seletiva e progressivamente, em consonância com as prioridades conjunturais, nas escalas-padrão de 1:1.000.000, 1:250.000, 1:100.000, 1:50.000 e 1:25.000.

Para o projeto paranaense, a base cartográfica adotada será o mapeamento na escala 1:50.000, realizado pela DSG e IBGE em convênio com a Copel e atualizado pelo PARANACIDADE. Esse trabalho recobre todo o território, abrangendo uma área denominada “de vizinhança”, num total de 327 folhas. Um dos níveis de informação desse mapeamento é a toponímia, a qual será insumo básico para o trabalho. A Figura 12 apresenta a divisão político administrativa do Paraná e as subdivisões das 327 folhas topográficas na escala de 1:50.000. É possível identificar também, a “área de vizinhança” mencionada anteriormente.

**FIGURA 12 - ARTICULAÇÃO DAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS NA ESCALA 1:50.000 E DIVISÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, LOCALIZANDO AS DUAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS A SEREM TRABALHADAS NO PROJETO PILOTO.**



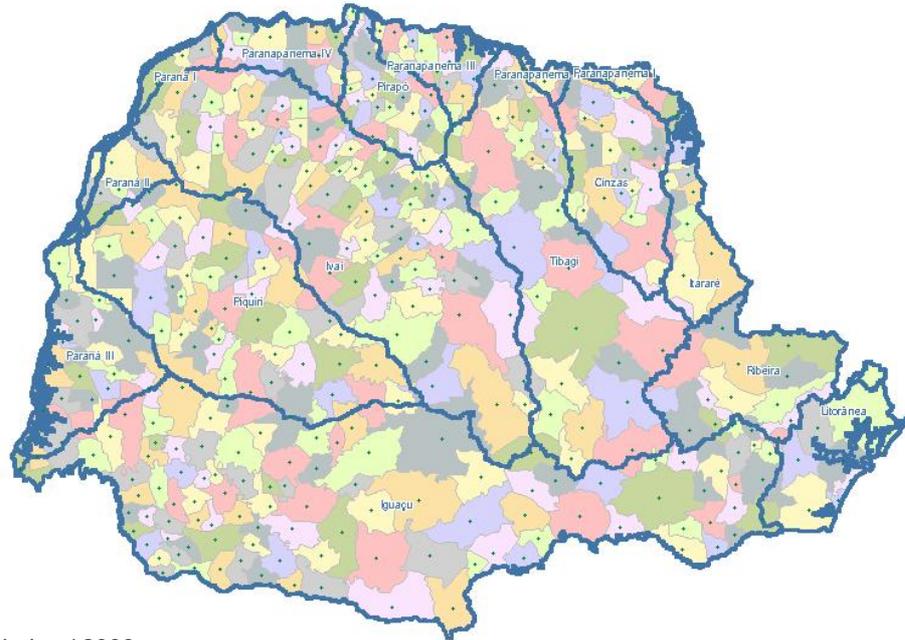
#### 4.2.2 A unidade de trabalho – Microbacia Hidrográfica

O documento referencial do PGAI aponta: o Paraná, para efeito de gerenciamento dos seus recursos hídricos, foi dividido em 16 bacias hidrográficas, conforme ilustrado no mapa - Figura 13. Dadas suas características naturais, essas bacias têm se tornado importante unidade espacial utilizada para gerenciar atividades de uso e de conservação dos recursos naturais, principalmente nas situações de grande pressão sobre o ambiente em função da intensificação das explorações do crescimento populacional e do desenvolvimento. No entanto, considerando a extensão das áreas dessas bacias, se buscou uma unidade espacial que melhor comportasse o planejamento e as ações conservacionistas previstas.

A adoção da microbacia hidrográfica como unidade de trabalho para programas conservacionistas e produtivos remonta a década de 70, e desde então tem se mostrado a mais adequada para a promoção dessas intervenções.

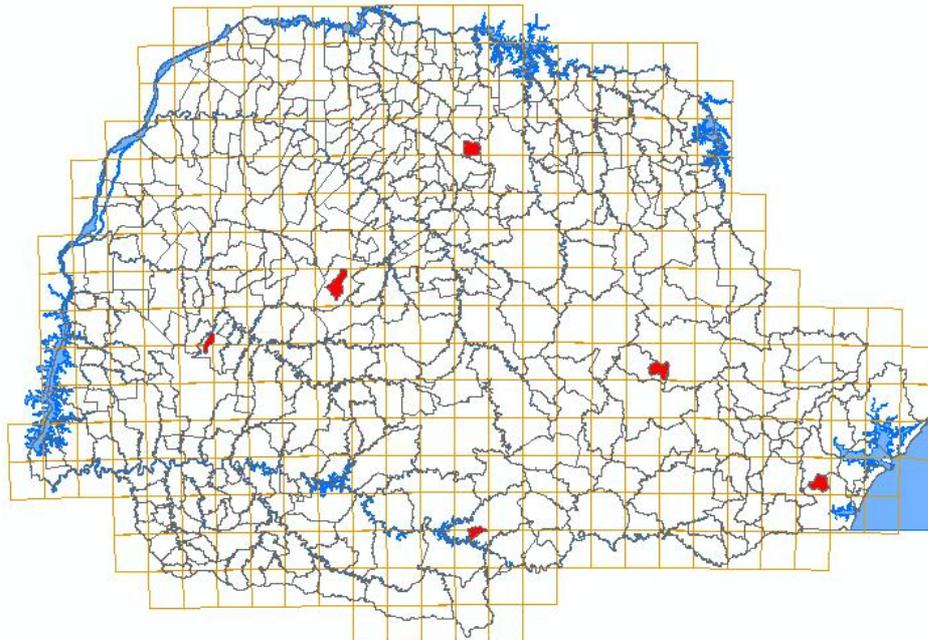
A inserção do Projeto Nomes Geográficos no Programa de Gestão Ambiental Integrada se dará de forma natural e complementar, não requerendo, portanto, o aporte de novos recursos às atividades planejadas, exceto aqueles necessários para a capacitação dos profissionais de campo. Esses técnicos ao realizarem os trabalhos de levantamento das informações sobre a microbacia, junto à comunidade dos agricultores, entre outras, de uso do solo, tipo de manejo, uso de insumos, posse da terra, relações de trabalho, aplicarão de forma complementar, um questionário específico com o objetivo de coletar, validar e registrar os nomes geográficos contidos no marco referencial da pesquisa documental em gabinete. (ver Figura 14)

**FIGURA 13 - MAPA DAS GRANDES BACIAS HIDROGRÁFICAS E DIVISÃO MUNICIPAL DO ESTADO DO PARANÁ**



Fonte Suderhsa/ 2008

**FIGURA 14 – MAPA DO PARANÁ - ARTICULAÇÃO DAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS NA ESCALA 1:50.000 COM A DIVISÃO MUNICIPAL E AS MICROBACIAS BACIAS HIDROGRÁFICAS A SEREM TRABALHADAS INICIALMENTE PELO PGAI**



Fonte Emater/2008

### 4.3 CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DAS ÁREAS DO PROJETO PILOTO

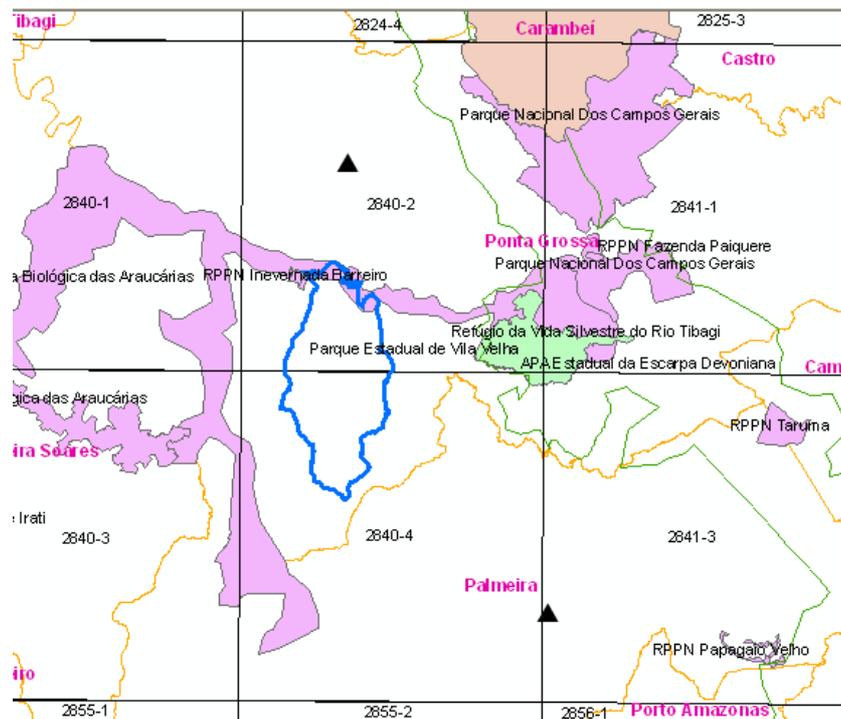
#### 4.3.1 Seleção das Folhas Topográficas/ Projeto Piloto - Unidade de Trabalho 1

As folhas topográficas selecionadas, para o Projeto Piloto do PNGPR em consonância com o PNGB são: Ponta Grossa – MI-2840-2 (Figura 15/ao norte) e Palmeira – MI-2840-4 (Figura 15/ao sul). Os elementos que definiram os critérios adotados para essa seleção foram:

- Bioma Mata Atlântica
- Interesse turístico - Parque Estadual de Vila Velha;
- Interesse ambiental – Campos Gerais (Unidades de Conservação)
  - Ecorregião Floresta com Araucárias;
- Microbacia hidrográfica (PGA) - Arroio Santa Rita, que está localizada nas duas cartas;
- Proximidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- Proximidade de Curitiba – logística.

**FIGURA 15** – LOCALIZA AS DUAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS A SEREM TRABALHADAS:

MI 2840-2 e MI 2840-4



#### 4.3.2 Seleção da Microbacia / Projeto Piloto - Unidade de trabalho 2

Dentre as seis microbacias hidrográficas definidas, ver Figura 14, como prioritárias no PGAI para o ano de 2009, o projeto deverá selecionar, juntamente com os técnicos da extensão rural/EMATER-PR uma que possa representar as características fisiográficas médias ocorrentes no território paranaense.

#### 4.4 AÇÕES E ATIVIDADES DO PROJETO PILOTO

No Projeto Piloto os dados revisados em gabinete, através da análise comparativa, serão checados em campo. Para as feições sem denominação deverá ser feita a coleta, de acordo com as normas pré-estabelecidas no Manual de Reambulação do IBGE com as adaptações e atualizações necessárias à proposta paranaense. Esses dados checados e coletados deverão passar por análise e, uma vez validados e certificados, serão incorporados nas bases cartográficas oficiais bem como no BNGB e BNGPR.

São oito as principais ações previstas no Projeto Piloto, considerando apenas o aspecto geocartográfico. No Quadro 4 está apresentado o resumo das ações, bem como informações pertinentes.

##### 4.4.1 Ação A – Análise comparativa e diagnóstico toponímico das bases cartográficas – pré-reambulação

**Atividade 1:** Esta etapa consiste da base na qual será fundamentado todo o trabalho em campo. Abrange a atividade de “espelhamento” dos elementos cartográficos existentes em documentos selecionados, pesquisados e catalogados.

Deverá ser feita a seleção de toda a documentação disponível junto aos três níveis da administração pública (federal, estadual, municipal) concessionárias de serviços públicos e demais entidades responsáveis pelos setores de: transporte, meio ambiente, energia, saneamento, turismo, mineração, etc. Dentre outros insumos, serão selecionados os materiais cartográficos: as cartas topográficas disponíveis nas diversas escalas, mapas de colonização, mapas municipais estatísticos, os mapas municipais antigos e recentes, as ortoimagens SPOT, além das bases de dados de localidades de empresas/instituições parceiras, censos demográficos e agropecuários e informações

cartográficas de outras instituições, como Correios e Telégrafos, setores de telefonia e energia; a legislação pertinente à área de estudo: leis de criação de municípios, leis de criação de distritos e bairros, leis de criação de unidades de conservação, leis de criação de áreas indígenas, quilombolas, dentre outras.

Elaborar arquivo de metadados das bases e documentos pesquisados e catalogados.

**Atividade 2:** Análise documental

Realizar análise comparativa dos nomes das feições nas bases cartográficas selecionadas e dos documentos disponibilizados. Elaboração de relatórios por área de estudo das inconsistências encontradas.

**Atividade 3:** Definir e padronizar os formulários de coleta de nomes geográficos e das planilhas para o relatório de gabinete e levantamento de campo, bem como do fluxo dos formulários e relatórios.

**Atividade 4:** Preparar o material para reambulação. Fazer layout das informações relevantes para o trabalho de campo e impressão dos mapas elaborados, infra-estrutura e logística.

#### 4.4.2 Ação B – Reuniões periódicas

**Atividade 1:** Reunir os executores: (ITC, SEPL e IBGE), com realização bimensal, totalizando seis reuniões para o ano de 2009; se houver necessidade o grupo poderá ser convocado extraordinariamente.

**Atividade 2:** Reunir os executores com os colaboradores, nesse caso Emater-PR e Copel.

#### 4.4.3 Ação C – Capacitação dos Executores e Agentes de Cooperação

**Atividade 1:** Elaborar apostilas similares ao material do IBGE (cursos maio/2007 e julho/2008 IBGE/RJ), adaptando-as aos interesses das políticas públicas do Paraná, através da cooperação entre IBGE/ITC/SEPL.

**Atividade 2:** Realizar cursos teóricos e práticos sobre os “Aspectos Relevantes dos Nomes Geográficos”.

#### 4.4.4 Ação D – Reambulação

**Atividade 1:** Contatar previamente a comunidade local incluindo prefeituras, igrejas, associações de moradores, dentre outros segmentos, com o objetivo de divulgar o trabalho e coletar documentação para o trabalho de campo.

**Atividade 2:** Pesquisar, identificar, coletar, confirmar, classificar e validar os nomes geográficos em campo considerando as atividades relatadas na Ação A e utilizando-se de insumos como: imagens de satélites, fotografias aéreas, folhas topográficas em escalas diversas e documentos disponíveis para pesquisa.

#### 4.4.5 Ação E – Modelagem para o registro toponímico

**Atividade 1:** Realizar estudos de viabilidade técnica para o desenvolvimento do Banco de Nomes Geográficos do Paraná – BNGPR e sua relação com o Banco de Nomes Geográficos do Brasil – BNGB, com a participação da CTCG.

**Atividade 2:** Corrigir e complementar os registros toponímicos. Preparação dos dados revisados, para carga no BNGPR e BNGB.

**Atividade 3:** Atualizar a base cartográfica na escala 1:50.000, quanto à toponímia.

#### 4.4.6 Ação F - Aspectos conclusivos do Projeto Piloto e encaminhamentos da proposta do Projeto Global

**Atividade 1:** Avaliar o desempenho da Unidade Responsável do Projeto, das metodologias aplicadas e do custo-benefício.

**Atividade 2:** Mensurar os esforços técnicos e operacionais.

**Atividade 3:** Estimar os custos.

**Atividade 4:** Definir critérios para identificação e seleção de potenciais parceiros, agentes apoiadores e colaboradores.

**Atividade 5:** Encaminhar para discussão a proposta do Projeto Global.

4.4.7 Ação G - Reunir os potenciais parceiros de interesse nos aspectos geocartográfico, histórico-geográfico e lingüístico.

**Atividade 1:** Agendar de reuniões.

**Atividade 2:** Realizar palestras.

4.4.8 Ação H: - Capacitação de novos agentes de cooperação, potenciais parceiros, considerando resultados do item F.

**Atividade 1:** Organizar e preparar o evento.

#### QUADRO 4 – RESUMO CRONOLÓGICO DAS AÇÕES DO PROJETO PILOTO

AÇÕES	FOLHA TOPOGRÁFICA		MICROBRACIA HIDROGRÁFICA		PERÍODO 2008/2009
	Unidade	Nº	Unidade	Nº	
A. Análise comparativa e diagnóstico toponímico das bases cartográficas – pré-reambulação	Folha	2	microbacia	01	Janeiro a abril 2009
B. Reuniões periódicas	Reuniões	6	Reuniões	2	2009
C. Capacitação dos executores e dos agentes de cooperação	Pessoal	8	Pessoal	No mínimo dois até 19 representantes dos regionais da Emater.	Entre abril e Maio/2009
D. Reambulação	Folha	2	Microbacia	1	Entre abril e maio/2009
E. Modelagem para o registro toponímico	Folha	2	Microbacia	1	Entre maio e julho / 2009
F. Aspectos conclusivos do Projeto Piloto e encaminhamentos da proposta do Projeto Global	Relatório	1	Relatório	1	Entre julho e outubro / 2009
G. Reuniões com potenciais parceiros em nível de gerência – projetos e instituições					Entre julho e setembro
H. Capacitação de novos agentes de cooperação, potenciais parceiros, considerando resultados do item F – 40 pessoas					Entre outubro e novembro 2009

#### 4.5 MEIOS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PILOTO

Conforme mencionado, o Projeto Piloto se caracteriza como uma ação planejada para não envolver recursos financeiros para aquisição de materiais e informações de suporte; desse modo, buscou-se identificar junto aos potenciais agentes cooperadores, quais desses insumos estariam disponíveis nas instituições. O Quadro 4, a seguir apresentado, relaciona os insumos, quantidades, disponibilidade e fonte de fornecimento.

**QUADRO 5 - MATERIAIS/INFORMAÇÕES, QUANTIDADES, DISPONIBILIDADE E FONTES DE FORNECIMENTO**

MATERIAIS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS	QUANTIDADE	DISPONIBILIDADE	FONTE
Mapeamento sistemático	10	Disponível	Copel/Paranacidade
Ortoimagens - resolução de 5 m	3	Parcialmente disponível	Paranacidade
Acervo documental	20	Parcialmente disponível	ITC, IBGE, DSG, prefeituras e outros
Equipamento – GPS	3	Fazer levantamento	ITC, Emater-PR, Copel, IBGE
Computadores para o projeto Piloto	2	Disponível	ITC, SEPL
Notebook	3	Parcialmente disponível	SEPL, Emater-PR, IBGE, ITC
Software ArcGIS/ArcView	4	Disponível	ITC, IBGE, SEPL Paranacidade
Banco de Dados	1	Parcialmente disponível	IBGE
Veículos	3	Parcialmente disponíveis	ITC/SEPL, IBGE, Emater-PR
Máquina fotográfica digital	3	Parcialmente disponível	ITC, SEPL, Emater-PR

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGUSTO, Moema J. de C.; **Projeto Nomes Geográficos do Brasil**, IBGE, Rio de Janeiro/ RJ, 2007.
- BRAGAGNOLO, Nestor et AL, **Programa Ambiental de Gestão Integrada**, SEPL, SEAB/Emater, Copel, Mineropar, Curitiba/PR, 2008.
- CONSEJO SUPERIOR GEOGRÁFICO, **Modelo de Nomenclátor de España v1.0**, Infra-estructura de Datos Espaciales de España, Ministério de Fomento, 2005.
- DICK, Maria Vicentina, **Toponímia e Línguas Indígenas do Brasil** - Estudos Avançados, USP, 1984.
- FERREIRA, João Carlos Vicente, **Cadernos Paraná da Gente Vol. 5 – Origens e Significados de seus Nomes**. Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Paraná, Curitiba/PR, 2006.
- IBGE; **Aspectos Práticos da Coleta de Nomes Geográficos – Programa Anual de Treinamento**, Rio de Janeiro /RJ, 2008.
- \_\_\_\_\_; **Folder de divulgação do Projeto Nomes Geográficos do Brasil**. Rio de Janeiro/RJ, 2008.
- \_\_\_\_\_; **Manual de Padronização Nacional de Nomes Geográficos - Programa Anual de Treinamento**, Rio de Janeiro /RJ, 2007.
- \_\_\_\_\_; **Manual de Padronização Nacional de Nomes Geográficos - Programa Anual de Treinamento**, Rio de Janeiro /RJ, 2008.
- \_\_\_\_\_; **Manual de Reambulação – Mapeamento Topográfico – 6ª Minuta** - Diretoria de Geociências – DGC / Coordenação de Cartografia – CCAR /, Rio de Janeiro /RJ, 2006.
- \_\_\_\_\_; **Toponímia Aplicada - Programa Anual de Treinamento**, Rio de Janeiro /RJ, 2007.
- Instituto Geográfico Nacional, **TOPONIMIA: Normas para El MTN25 – Conceptos Básicos y Terminología**. Ministério do Fomento de España, Publicación Técnica num. 42, 2005.
- LUNARDI, Ten. Cel. Omar Antonio & Augusto, Moema José de Carvalho, **Infraestrutura dos Dados Espaciais Brasileira - Mapoteca Nacional Digital** – CONCAR; CIGEX; IBGE, 2006.
- SANTOS, Cláudio João Barreto dos & MENEZES, Paulo Márcio Leal de; **Geonímia do Brasil: Pesquisa, Reflexões e Aspectos Relevantes**. Revista Brasileira de Cartografia No 58/02, Rio de Janeiro/RJ, 2006.
- SOARES, Luiz Carlos C., **Organização e Gerenciamento de Projetos**. Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná, Curitiba/PR, 2008.

UNGEEN; ***The brochure Consistent use of place names*** - Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos, 2001.

\_\_\_\_\_; ***The Canadian Principles and procedures for geographical naming - Princípios e procedimentos para a nomeação geográfica***, Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos, 2001.

\_\_\_\_\_; ***The Canadian Guide to the field collection of native geographical names- Guia de coleta de campo de nomes nativos***, Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos, 1992.

ZAMARIANO, Márcia, **Toponímia Paranaense do Período Histórico de 1648 a 1853**. Dissertação de Mestrado/Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2006.

#### SITES CONSULTADOS

<http://www.ibge.gov.br> - acessado nos meses de agosto a novembro de 2008.

<http://www.sema.pr.gov.br> - acessado nos meses de agosto a novembro de 2008.

<http://www.sepl.pr.gov.br> - acessado nos meses de agosto a novembro de 2008.

<http://www.itcg.pr.gov.br> - acessado nos meses de agosto a novembro de 2008.

<http://www.ipgh.org> - acessado nos meses de agosto a novembro de 2008.

## **ANEXO 1**

### **ASPECTOS INSTITUCIONAIS QUE REFERENCIAM A PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO TRABALHO.**

#### **INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS.**

A responsabilidade pelo gerenciamento do trabalho definido para o ITC está respaldado na Lei 14.889 de 04/11/2005 que instituiu o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências e define entre outras atividades, como de sua competência:

I - a proposição, a coordenação, a execução e o acompanhamento das políticas: agrária, fundiária, cartográfica, geodésica e cadastral de imóveis rurais no Estado do Paraná;

IX - a promoção, a normatização, o planejamento, a coordenação e a execução das atividades nas áreas de fotogrametria, sensoriamento remoto, mapeamentos, levantamentos topográficos e adensamento de redes geodésicas e de nivelamento de precisão;

X - a elaboração, a promoção e a execução do Plano Cartográfico Estadual;  
XI - o acompanhamento da produção cartográfica do Estado, zelando por sua qualidade e propriedade técnico-operacional;

XII - a criação e a manutenção atualizada do Sistema de Informações Cartográficas e Fisiográficas Oficiais do Estado do Paraná, constituído por inventário de produtos cartográficos e geográficos, mapoteca de dados cartográficos, geográficos, dados aerofotogramétricos, de sensoriamento remoto e de estruturas geodésicas, visando atender aos órgãos da Administração Pública e ao público em geral;

XIV - a elaboração e a atualização do Atlas do Estado para subsidiar com informações o desenvolvimento do Estado;

XV - a prestação de assistência técnica na área de atuação aos demais órgãos da administração;

XVI - a manutenção de intercâmbio com organizações responsáveis pela aquisição e comercialização de imagens de sensores remotos, objetivando a manutenção e atualização de acervo;

XVII - o desenvolvimento, o apoio a pesquisas aplicadas e científicas nas áreas de Cartografia, sensoriamento remoto, geodésica e sistema de informações geográficas;

XVIII - o fornecimento de embasamento tecnológico às políticas cartográfica e fundiária do Paraná, subsidiando os demais setores estaduais que requerem Cartografia de precisão, informações multitemporais e de cadastro de propriedades rurais;

XX - a proposição para a celebração de acordos, convênios e contratos com entidades públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, visando a pesquisa de métodos, o desenvolvimento tecnológico e a execução de trabalhos cartográficos, geodésicos, de sensoriamento remoto, e de geoprocessamento;

#### **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

Por sua vez, o Decreto Governamental nº 188 datado de 01 de março de 2007, que trata da regulamentação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, no seu Art. 2º, estabelece o campo de atuação da Secretaria no que se refere a sua atribuição de órgão coordenador do desenvolvimento de políticas públicas, do desenvolvimento de projetos/programas especiais e, particularmente, de formulador da política cartográfica do Estado.:

**II** - a integração do esforço de desenvolvimento do Estado às diretrizes do Governo Federal, de maneira a assegurar a articulação de programas que melhor atendam às necessidades da comunidade paranaense;

**IV** - a coordenação de todos os programas e projetos de caráter multissetorial desenvolvidos no âmbito do Poder Executivo Estadual;

**VII** - a produção de informações técnicas, sua consolidação e divulgação sistemática;

**VIII** - a formulação da política cartográfica estadual e o estabelecimento das diretrizes básicas para o seu desenvolvimento;

**XI** - a realização de pesquisas e estudos, a elaboração de projetos e programas e o acompanhamento da evolução da economia estadual, fornecendo apoio técnico nas áreas econômica e social à formulação das políticas estaduais de desenvolvimento;

**XIII** - a promoção da articulação dos diversos órgãos do Governo na formulação de políticas públicas; e,

#### **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE**

A relação do trabalho com o Governo Federal se deve à competência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE como órgão federal pertencente ao Sistema Cartográfico Nacional. Ademais o IBGE desenvolve um grande esforço de desenvolvimento do Programa Nacional de Nomes Geográficos. No Estatuto do órgão, no capítulo I, encontra-se o Artigo que melhor traduz sua participação no trabalho

Art. 2º A Fundação IBGE tem como missão retratar o Brasil, com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística - demográfica e sócio-econômica, e geocientífica - geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

## ANEXO 2

### EXECUTORES, ATORES, COLABORADORES E BENEFICIÁRIOS DO PROJETO

#### EXECUTORES

Os executores do PNGPR são o ITC, a SEPL e o IBGE.

#### PRINCIPAIS COLABORADORES

Potencialmente, todas as instituições usuárias e produtoras de Cartografia são colaboradores. Também são considerados colaboradores a Assembléia Legislativa e Câmara de Vereadores dos 399 municípios. O maior ou menor envolvimento de colaboradores deverá ser definido por ocasião da elaboração do planejamento das áreas de trabalho e de interesse da instituição e disponibilidade de estrutura no local e/ou região.

Para o projeto piloto serão colaboradores os executores do PGAI: SEAB, SEMA, SEDU, Suderhsa, SETR, SEPL, e suas vinculadas, mais Copel e Sanepar, de uma maneira geral e mais especificamente, para os trabalhos de campo, a Emater e para atualização da base cartográfica o Paranacidade.

#### PRINCIPAIS COLABORADORES

Para o projeto piloto serão colaboradores os executores do PGAI: SEAB, SEMA, SEDU, Suderhsa, SETR, SEPL, e suas vinculadas, mais Copel e SANEPAR, de uma maneira geral e mais especificamente, para os trabalhos de campo, a Emater e para atualização da base cartográfica o Paranacidade.

COLABORADORES	PAPÉIS NO PROJETO	ESTRATÉGIA A SER ADOTADA
Emater	Participação em parceria na realização das atividades do Projeto Piloto	Participação na Capacitação Participação nos trabalhos de Reambulação
Grupo Gestor do PGAI	Participação em parceria na realização das atividades do Projeto Piloto	Planejamento conjunto de atividades correlatas
Paranacidade	Participação em parceria na das atividades do Projeto Piloto	Atualização da base cartográfica

#### BENEFICIÁRIOS O PROJETO

1. Instituições públicas estaduais
2. Instituições públicas federais
3. Instituições públicas municipais
4. Instituições de ensino
5. Sociedade civil organizada
6. Público em geral

**ANEXO 3**  
**ANÁLISE COMPARATIVA PRELIMINAR DAS FEIÇÕES CARTOGRÁFICAS**  
**NA CARTA CAMPO LARGO - MI-2841-4**

Documentos analisados:

- Carta 1:100.000 – MI-2841, 1964, compilação das cartas 1:50.000 (Campo Largo 1958)
- Cartas 1:10.000 – Mapeamento COMEC – 1976
- Carta 1:50.000 – MI-2841-4, 1958
- Carta CIM
- Vetores de hidrografia 1:50.000 – MI-2841-4 – COPEL/Paranacidade
- Ortoimagem SPOT 5, MI-2841-4, 2005
- Dados de localidade Brasil Telecom

Localidades:

- 73 identificadas nas cartas MI-2841 e COMEC-1976

Na análise preliminar comparativa entre os documentos cartográficos analisados:

- 9 sem dúvidas
- 14 com dúvidas de nome e coordenadas
- 50 com dúvidas de coordenadas

Não foram levantadas localidades sem denominação nas cartas que poderão aparecer na pesquisa de campo

aproximadamente 82% dos nomes das localidades devem ser verificadas

Cursos d'água:

- 3.465 trechos de Cursos D' Água
  - Aproximadamente 2652 trechos de Cursos D' Água sem denominação, ou seja, 76% do total.
  - 840 trechos com denominação devem ser ratificados ou retificados.
  - 48 cursos d'água identificados com denominação, sendo 34 com algum problema de identificação e/ou de denominação na análise preliminar comparativa entre os documentos cartográficos analisados
  - aproximadamente 70% dos cursos d'água com denominação devem ser identificados ou corrigidos

N	NOME LOCALIZADOS NAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS	FONTE	DÚVIDAS IDENTIFICADAS
1	Arroio Boa Vista	MI-284-4, MI-2841 COMEC-220	OK
2	Arroio Bonito	MI-2841	Identificação na MI-2841-4, confunde-se com o Rio Açungui nas outras cartas
3	Arroio Dom Rodrigo	MI-2841-4, MI-2841, COMEC-235	Identificação A montante da Coord. (638.587/7.190.800) Arroio Dom Rodrigo, Rio Felpudo ou Rio da Fábrica?
4	Arroio da Geada/Rio Palmital	MI-2841-4/MI-2841-4(V)	Identificação e nome
5	Arroio do Retiro	MI-2841, MI-2841-4, COMEC-231	Na COMEC a montante da coord. (642.947/7.196.734) Rio Angico
6	Arroio Grande	MI-2841-4, MI-2841, COMEC-218	OK
7	Arroio Guabiroba/Rio Guabiroba	MI-2841-4, MI-2841/COMEC-238	Genérico
8	Arroio Itaimbezinho/Arroio Itambézinho	MI-2841-4/MI-2841	Grafia
9	Arroio Jacuí/Rio Jacu Obs: Rio Jacuí na carta MI-2841-3	MI-2841-4/MI-2841, COMEC-222	Nome e Identificação
10	Arroio Lajeado/Arroio do Lajeado/Arroio do Cadeado	MI-2841-4/MI-2841/COMEC-227	Nome
11	Arroio Passa Três	MI-2841-4,MI-2841, COMEC-223	OK
12	Arroio Purumã/Arroio Purunã	MI-2841-4/MI-2841	Grafia
13	Arroio Santana	MI-2841-4/COMEC-221	OK
14	Arroio Taquara	MI-2841-4, COMEC-217	Nome e Identificação Prox. Localidade Taquara Na COMEC a montante da Coord. (631.675/7.203.970) Arroio Taquarinha Na MI-2841 (compilação MI-2841-4 consta como Arroio Taquaral
15	Arroio Taquaral	MI-2841-4, MI-2841, COMEC-226,224	Nome Prox. Localidade Taquaral
16	Arroio Taquarinha	COMEC-217	Nome e Identificação A jusante da Coord. (631.675/7.203.970) Arroio Taquaral Identificada localidade Taquarinha na carta MI-2841-4
17	Arroio Varzedo	MI-2841-4	Nome e Identificação COMEC-231, Rio Varzedo Verificar 638.792/7.200.655 e 638.769/7.201.204 – confusão com Rio Serrinha
18	Arroio Varanal	MI-2841-4	Apenas na MI-2841-4
19	Córrego Frio	COMEC-230	Coincide com Rio Ouro Fino a montante das coord. (645.228 / 7.204.869)-Identificação
2	Ribeirão do Prata/Rio da Prata	MI-2841-4/MI-2841, COMEC-219	Genérico
21	Ribeirão Endoenças	MI-2841-4, MI-2841, COMEC-232	OK

N	NOME LOCALIZADOS NAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS	FONTE	DÚVIDAS IDENTIFICADAS
22	Ribeirão São Caetano	Suderhsa, COMEC-228	Identificação – confunde-se com o Rio Cachoeira
23	Rio Cachoeira ou Rio da Cachoeira	Suderhsa/MI-2841,COMEC-239-237	Identificação - confunde-se com o Ribeirão São Caetano
24	Rio Açungui	MI-2841-4, MI-2841, COMEC-226,224,222,221,219,218,229	OK OBS:na carta CIM há erro de identificação desse Rio Na MI-2841 um trecho chama-se Arroio Bonito
25	Rio Angico	MI-2841, MI2841-4, COMEC-231	Na COMEC a montante coord. (644.523/7.197.311) Arroio do Retiro Na MI-2841-4 (V) outro braço com esse nome
26	Rio Bonfim ou Rio do Cerne	MI-2841-4, COMEC-234,236/MI-2841-4(V)	Nome e Identificação Na COMEC e MI-28441-4 (R) a montante da Coord. (649.362/7.193.565) Rio do Cerne denominado como Rio Bonfim
27	Rio Cambuí	MI-2841-4, MI-2841, COMEC-240	OK
28	Rio Conceição	MI-2841/COMEC-230	Identificação (649.827/7.205.653)
29	Rio da Onça	MI-2841-4,MI-2841, COMEC-234	OK
30	Rio das Mortes/Rio das Noites	MI-2841-4(V), COMEC-228/MI-2841, MI-2841-4	Nome
31	Rio das Pombas/Arroio das Pombas	MI-2841-4(V)/MI-2841,MI-2841-4, COMEC-225	Nome
32	Rio do Cerne / Rio Bonfim	MI-2841-4(V), MI-2841/COMEC-234-236, MI-2841-4	Nome e Identificação Na COMEC a montante da Coord. (649.362/7.193.565) Rio do Cerne denominado como Rio Bonfim
33	Rio dos Matos	MI-2841-4, MI-2841, COMEC-217,219	OK
34	Rio dos Papagaios	MI-2841-4, MI-2841, COMEC-223	OK
35	Rio Felpudo/Rio da Fábrica	MI-2841-4(V)/MI-2841, COMEC-235, MI-2841-4	Identificação COMEC há os dois Rios (638.174/7.190.885)
36	Rio Itaqui	MI-2841-4, COMEC-236,238,237,239	OK
37	Rio Javacaen/Rio Javacaé/Rio Javacê	MI-2841-4/MI-2841, COMEC-234/MI-2841-4	Grafia, Identificação
38	Rio Ouro Fino	MI-2841-4(V e R) /COMEC-230	Parte do Rio na COMEC como Córrego Frio, Identificação
39	Rio Palmital	MI-2841-4,COMEC-217	Identificação (627.607/7.206.126 e 626.636/7.204.675) No arquivo vetorial erro na identificação
40	Rio Poço Claro/ Arroio Passo Claro	Suderhsa/MI-2841-4	Identificação e nome, pode estar havendo confusão na

N	NOME LOCALIZADOS NAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS	FONTE	DÚVIDAS IDENTIFICADAS
			identificação e no nome
41	Rio Retiro Pedro Alves/Arroio Retiro Pedro Alves	MI-2841-4, MI-2841/COMEC-233	Genérico
42	Rio Salgadinho/Arroio Salgadinho	MI-2841-4(V)/MI-2841, COMEC-238, MI-2841-4	Nome e Identificação (648.696/7.188.872) Na COMEC outro curso d'água identificado como Salgadinho (648.593/7.187653)
43	Rio São Luiz	MI-2841, COMEC-227	Grafia
44	Rio Serrinha	MI-2841-4/COMEC-231	Identificação Verificar 638.792/7.200.655 e 638.769/7.201.204 – confusão com Arroio Varzeado ou Varzeado
45	Rio Tamanduá	MI-2841-4, MI-2841, COMEC-227	OK
46	Rio Tortuoso	MI-2841-4, MI-2841, COMEC-239	OK
47	Rio Três Barras	MI-2841-4, COMEC-229	OK
48	Rio Verde	SUDERHSA	Identificação

#### Serras e morros:

Foram encontradas 15 ocorrências com denominação, sendo que 33% devem ser identificados para correção nas cartas

Ainda não foram analisados ou identificados os Morros sem denominação.

N	NOME LOCALIZADOS NAS CARTAS	FONTE	DÚVIDAS IDENTIFICADAS
1	Cerro do Purunã	MI-2841	Localidade?
2	Morro Alto	MI-2841, COMEC-220	OK
3	Morro Boa Vista	MI-284, COMEC-233	OK
4	Morro da Cal	MI-284, COMEC-236	OK
5	Morro da Serrinha	MI-2841, COMEC-220	OK
6	Morro Descalvado	MI-284, COMEC-222	Identificação diferente nas duas cartas
7	Morro do Ourives	MI-2841, COMEC-232	OK
8	Morro Grande	MI-2841, COMEC-218	OK
9	Morro Felpudo	MI-2841, COMEC-233,235	Na COMEC apenas toponímia Felpudo
10	Morro Três Barras	MI-284, COMEC-231	OK
11	Morro Três Irmãos	MI-2841, COMEC-234	OK
12	Serra Boqueirão	MI-2841	Na COMEC Serra do Purunã
13	Serra da Prata	MI-2841, COMEC-221	OK
14	Serra do Purunã	MI-284, COMEC-223	Na COMEC mais extensa
15	Serra Endoenças	MI-284, COMEC-232	OK

Necessário analisar as divisas municipais entre Campo Largo e Balsa Nova, Balsa Nova e Palmeira, Campo Largo e Campo Magro.